

DRAFT

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013 - 2017**-----

----- **ATA NÚMERO QUATRO** -----

----- **SEGUNDA REUNIÃO DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA INICIADA NO DIA VINTE E SEIS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E TREZE**-----

----- Aos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e treze, e em cumprimento da convocatória emanada nos termos do disposto no número um do artigo vigésimo sétimo e na alínea b) do número um, do artigo trigésimo, da lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e ainda do disposto na alínea f) do número um do artigo vigésimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em sessão ordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão e pelo Excelentíssimo Senhor João Manuel Costa de Magalhães Pereira, respetivamente Primeiro Secretário e Segundo Secretário em exercício.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Isabel Drago Lobato, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Roque Alexandre, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Mariana Rodrigues Mortágua, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Igor Boal Roçadas, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Alberto Bento, Lúcia Alexandra Pereira Sousa Gomes, Carla Rothes, Jorge Manuel Jacinto Marques, Romão Lavadinho,

## DRAFT

Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, António Manuel de Freitas Arruda, Daniel da Conceição Gomes da Silva, Fernando Manuel Moreno D'Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia, Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira e Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa, Margarida Maria Moura Alves S. A. Saavedra e Vasco André Lopes Alves Vieira Morgado. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Deolinda Machado (Partido Comunista Português), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João de Matos Bernardino; -----

----- Miguel Tiago (Partido Comunista Português), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Lúcia Alexandra Pereira Sousa Gomes;-----

----- Ana Carolina Ambrósio (Partido Comunista Português), por dois dias, não tendo sido substituída; -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais:-----

----- Diogo Leão (Partido Socialista) tendo sido substituído pela Senhora Deputada Municipal Cândida Cavaleiro Madeira; -----

----- Margarida Saavedra (Partido Comunista Português) tendo sido substituída pelo Senhor Deputado Magalhães Pereira.-----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- José António Videira (Partido Socialista), Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, pelo Deputado Municipal Jorge Manuel Jacinto Marques; -----

----- Carla Madeira (Partido Socialista), Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia, pelo Deputado Municipal Alberto Bento; -----

----- André Caldas (Partido Socialista), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, pelo Deputado Municipal Igor Boal Roçadas;-----

----- Inês Drummond (Partido Socialista), Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, pela Deputada Carla Rother. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente, pelo Senhor Vice Presidentes e pelos Senhores Vereadores Paula Marques, Catarina Vaz Pinto, Manuel Salgado, Graça Fonseca, Carlos Castro, José Sá Fernandes, João Afonso, Duarte Cordeiro e Miguel Máximo.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição Fernando Jorge Reboredo Seara, António Manuel Pimenta Prôa, João Pedro Gonçalves Pereira, Carlos Artur Ferreira de Moura e João de Matos Bernardino. -----

## DRAFT

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião, segunda da sessão ordinária iniciada no dia vinte e seis de novembro de dois mil e treze. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que a Senhora Segunda Secretária, não podendo estar presente naquela sessão, iria, em conformidade com os termos regimentais, ser substituída pelo Senhor Deputado Magalhães Pereira. -----

----- Questionou, antes de entrarem na Ordem de Trabalhos e uma vez que aquela reunião não tinha Período Antes da Ordem do Dia, se os Senhores Deputados se opunham a que se fizesse naquele dia um minuto de silêncio em memória do Senhor Nelson Mandela. Esclareceu que deixariam os votos e a respetiva votação para uma sessão com Período Antes da Ordem do Dia. -----

----- Não se tendo verificado objeções, propôs um minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor Nelson Mandela. -----

----- Seguidamente a Assembleia homenageou o Senhor Nelson Mandela guardando um minuto de silêncio. -----

----- Informou que tinha duas coisas a comunicar, a primeira, relacionada com a folha de presenças e a segunda com a grelha de tempos. Comunicou, relativamente à primeira, que se encontravam disponíveis duas mesas, uma do lado esquerdo e outra do lado direito, com as folhas de presença para os Senhores Deputados assinarem. Seguidamente disse que tinha sido distribuída por todos os Deputados a grelha de tempos para aquela sessão. Recordou que o Partido Socialista tinha um total de quarenta minutos, que o Partido Social Democrata tinha um total de trinta e dois minutos, o Partido Comunista Português um total de vinte e quatro minutos, o Bloco de Esquerda vinte minutos, o Centro Democrático Social e o Partido “Os Verdes” dezasseis minutos, o Partido da Terra, o Partido pelos Animais e pela Natureza, o Partido do Parque das Nações por Nós e os Deputados Municipais Independentes doze minutos e a Câmara quarenta minutos. -----

----- Explicou que a ligação da grelha de tempos aos *écrans* ainda não estava a funcionar por não ter sido possível adaptar, até àquela data, a aplicação aos resultados eleitorais. -----

----- Salientou que o sistema adotado para aquela sessão era provisório e que era composto por um conjunto de relógios, um para cada Grupo Municipal e para o conjunto dos Senhores Deputados Independentes, um atribuído à Câmara e mencionou a existência de um outro, o décimo terceiro, destinado à contagem dos tempos que não eram dedutíveis aos tempos dos partidos, nomeadamente, protestos, contra protestos ou esclarecimentos. -----

----- Informou que o Senhor Segundo Secretário é que iria controlar os tempos e que havia, por forma a garantir o escrutínio público, um ecrã de consulta para os Senhores Deputados. -----

----- Pediu a compreensão dos Senhores Deputados para aquelas soluções, que designou de expeditas, esclarecendo que tinham sido as mais simples considerando o valor obscuro que a empresa tinha pedido pela atualização do *software* da aplicação. --

## DRAFT

### CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA

-----**Proposta nº 870/2013 – Aprovação do Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano 2014-2017**, a qual se anexa à presente ata como anexo nº1 e dela faz parte integrante. -----

----- **Parecer da Comissão Permanente de Finanças à Proposta nº 870/2013**, o qual se anexa à presente ata como anexo nº 2 e dela faz parte integrante. -----

----- **O Senhor Vice Presidente da Câmara** disse que era com muito gosto que se encontrava naquela Assembleia para apresentar o Orçamento para dois mil e catorze e as Grandes Opções do Plano para o quadriénio seguinte. Referiu que aquele era um momento importante na vida da Cidade, um momento de definição das prioridades, das estratégias e dos recursos. -----

----- Salientou que aquele debate tinha, naquele ano, uma característica especial. Expôs que eram as primeiras Grandes Opções do Plano e o primeiro orçamento do novo mandato, de uma nova equipa e de uma nova maioria. Desejou que aquele debate clarificasse aquilo que orientava e motivava aquele novo executivo. -----

----- Clarificou que, em primeiro lugar, aquilo que os orientava e motivava era cumprir com o programa do Governo, um programa cuja execução correspondia a um compromisso assumido com os lisboetas. Explicou que, por isso, as Grandes Opções do Plano eram, na íntegra, o programa eleitoral do Governo transposto para a forma de Plano de Atividades e para as Opções daquele novo executivo. -----

----- Disse que como primeira prioridade defendiam uma Lisboa mais próxima, uma cidade na qual a qualidade dos serviços urbanos fosse uma pedra fundamental, uma cidade com uma relação cada vez mais estreita entre os seus cidadãos e os seus governantes. Desejou que a conclusão do processo da Reforma Administrativa da Cidade fosse uma realidade e também que se continuasse a apostar na manutenção e na eleição do espaço público enquanto elemento central da vida na Cidade. -----

----- Almejou, em segundo lugar, uma Cidade empreendedora, com capacidade de manter empresas e empregos e de atrair novas empresas, novos empregos e favorecer a instalação de novas atividades. -----

----- Apontou como terceira prioridade uma Cidade inclusiva, uma Lisboa que valorizasse e desse a todos os seus cidadãos, dos mais carenciados aos mais favorecidos, a capacidade de usufruírem integralmente de uma vida digna, nomeadamente o acesso à habitação, às creches, aos Jardins de Infância, ao usufruto do espaço comum, ao comércio e aos transportes. Sublinhou que uma Lisboa inclusiva e sustentável seria uma das grandes prioridades daquela governação, uma Lisboa amiga do ambiente, uma Lisboa que crescesse na dinamização dos espaços verdes, que crescesse e se afirmasse como uma Cidade cada vez mais eficiente do ponto de vista energético. -----

----- Mencionou a quarta prioridade, o plano de acessibilidade pedonal, defendendo que era outra marca fundamental daquele programa, e que a criação de uma Lisboa sustentável era um desafio e um objetivo coletivo. -----

## DRAFT

----- Informou que a última grande linha do Plano, a quinta, era “Lisboa, cidade global” e explicou que aquela linha se prendia com uma Lisboa virada para a cultura, uma cidade intercultural, uma cidade do turismo. -----

----- Aprofundou que a cultura era um enormíssimo ativo da Cidade, um elemento central da sua marca identitária, uma marca da sua capacidade competitiva e valia económica. -----

----- Focou que iria ser através daquelas cinco linhas que os eixos centrais do Programa do Governo iriam ser os eixos centrais do novo Plano de Atividades da Câmara, exatamente iguais aos do Programa eleitoral. -----

----- Explicou que o orçamento dava execução àquele programa e àquela visão da cidade. Deu alguns exemplos breves daquilo que o orçamento contemplava no sentido de se avançar com a execução do Programa do Governo da Cidade, designadamente, a manutenção de um sistema de taxas fiscais reduzidas de forma a tornarem a cidade mais atrativa a novos residentes e novas atividades; um orçamento que incluía e que mantinha uma forte intensidade de apoios na área social e salientou a aposta no subsídio municipal de arrendamento, no avanço da concretização no direito à habitação, nos apoios escolares, nos mecanismos aos apoios sociais de emergência, o investimento nos programas “Bip-Zip” e os programas de apoio às pessoas sem-abrigo. -----

----- Salientou que aquele orçamento registava uma forte capacidade de investimento. Comunicou que iriam ter no ano seguinte mais de noventa milhões de euros de frente de obra na cidade de Lisboa, fruto de grandes programas de investimento, nomeadamente o PIPARU e as obras do QREN. Fez saber que tinham feito pequenos ajustamentos nas dotações sem, no entanto, terem afetado a capacidade de investimento. -----

----- Informou que iriam dar prioridade à conclusão dos trinta e quatro projetos do Orçamento Participativo. Assumiu que efetivamente se registavam atrasos em alguns, que outros poderiam estar concluídos e consideravam que, pelas razões apontadas, dois mil e catorze e dois mil e quinze deveriam de ser os anos da conclusão daqueles trinta e quatro projetos. -----

----- Acrescentou que dentro daquele programa de investimento iriam dar prioridade e visibilidade ao investimento em áreas estratégicas do programa, nomeadamente à acessibilidade pedonal e à criação do programa da mobilidade. Fez saber que contavam, para o efeito, com um investimento capaz de assegurar a manutenção dos projetos em curso, a sua conclusão atempada e, naturalmente, a continuação dos investimentos planeados nos grandes programas de investimento. -----

----- Disse que o investimento na área da cultura, no “Lisboa Global”, na cultura e na interculturalidade e no turismo, tinha naquele orçamento um valor, expressivo, superior a trinta e sete milhões de euros. -----

----- Destacou o lançamento de um debate que pretendiam levar àquela Assembleia a meio do ano de dois mil e catorze relativo às ações no novo programa e do novo plano. Expôs que pretendiam, por se tratar do ano de abertura de um novo quadro comunitário de apoio, apresentar àquela Assembleia, um cruzamento daquilo que

## DRAFT

eram as propostas daquele Executivo para o lançamento de um novo ciclo de investimentos associados às prioridades do novo Plano de Atividades. -----

----- Desenvolveu que iriam ter uma proposta de investimentos que iria abranger a cidade de bairros, a mobilidade sustentável, o Plano de Acessibilidade Pedonal e o Programa de Requalificação dos Bairros Sociais. Disse que também iriam ter a apresentação daquilo que era a nova geração de investimento na cidade de Lisboa. ----

----- Sublinhou que aquele Plano de Atividades detinha as verbas necessárias para que dois mil e catorze fosse o ano da elaboração dos estudos e dos projetos, detinha as intenções e a avaliação daquilo que era o grosso dos investimentos por núcleo de prioridade. Transmitiu que a discussão daquela prioridade, na Assembleia Municipal e em conjunto com as várias Juntas de Freguesia, se encontrava agendada para meio do ano seguinte. -----

----- Referiu, dirigindo-se àquela Assembleia, que aqueles documentos, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, tinham uma segunda grande prioridade inscrita, esclarecendo, em seguida, que se tratava de assegurar o equilíbrio estrutural das finanças da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Assumiu que todos se recordavam dos tempos em que as contas da Cidade se encontravam descontroladas e que todos tinham consciência de que a Cidade não pretendia regressar àqueles tempos. -----

----- Partilhou, com aquela Assembleia, que enfrentavam uma conjuntura particularmente exigente na manutenção do equilíbrio financeiro e estrutural da Autarquia. -----

----- Lembrou que se encontravam num momento em que se vivia sobre uma fortíssima deterioração das receitas municipais daquele município, acrescentando que o município de Lisboa havia perdido, entre dois mil e dez e dois mil e treze, em receitas estruturais, cerca de cento e vinte milhões de euros; que se encontravam, perante um quadro de extinção, anunciada e decidida, das duas principais fontes de rendimento da Cidade, o IMT e a Derrama, acrescentando à perda de receita cerca de cento e vinte a duzentos milhões adicionais; que se encontravam perante uma nova Lei das Finanças Locais cuja construção e avaliação não tinham sido, na sua opinião, devidamente ponderadas e enquadradas com a realidade do País, limitando, de forma excessiva, qualquer recurso ao endividamento e a capitas alheios, mesmo para aqueles municípios que tinham realizado um fortíssimo trabalho na redução da sua dívida como era o caso do Município de Lisboa. -----

----- Focou a abertura retardada do quadro comunitário de apoio, que limitava o recurso ao investimento e a realização do investimento com recurso a meios próprios, e que se encontravam, naquele ano e nos seguintes, perante um quadro de possível materialização de elevadas e pesadas contingências sob o orçamento da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Mencionou a extinção da EPUL, a conclusão de importantes processos que iriam trazer, com probabilidade, importantes contingências financeiras àquele executivo. -----

## DRAFT

----- Sublinhou que tinham consciência da enorme exigência que aquele quadro encerrava e reforçou o compromisso, que era claro, e a determinação, que era firme, em assegurar o equilíbrio financeiro da Câmara naquela e em todas as conjunturas. Declarou que apesar da exigência do desafio não tinham intenções de se desviarem da meta traçada, que só descansariam no momento em que a alcançassem, e que, por isso, aquele orçamento perspetivava cinco linhas de atuação fundamentais, nomeadamente, que iriam, em primeiro lugar, iniciar, e prosseguir, a conversação com o Governo de um novo quadro de financiamento do Município de Lisboa, acrescentando que o quadro de receitas que o Município tinha, naquela altura, ao seu dispor na Lei, tinha sofrido uma degradação de vinte e seis por cento. Sublinhou que tinham um sistema particularmente disposto à crise e particularmente disposto àquilo que tinham sido decisões, próprias do Executivo, sem consulta ao Município de Lisboa e que poderiam, mais tarde, colmatar na paralisação completa do Município se não fossem revertidas ou, pelo menos, compensadas financeiramente.-----

----- Disse que em segundo lugar iriam melhorar a efetividade da cobrança da receita do Município de Lisboa. Expôs que dispunham de um conjunto abrangente de fontes de financiamento e que necessitavam de saber cobrar de forma adequada e proporcional, até porque necessitavam conhecer aquelas que, por razões políticas, poderiam ser dispensadas.-----

----- Declarou que teriam de criar novas taxas associadas à melhoria dos serviços, orientadas para melhores comportamentos por parte dos cidadãos e sublinhou que não era possível, em simultâneo, manter uma carga fiscal particularmente reduzida e não ter um sistema de financiamento adaptado aos vários e inúmeros serviços prestados pela Autarquia.-----

----- Disse que em quarto lugar iriam prosseguir com o trabalho de ganhos de eficiência na despesa fugindo à estratégia dos cortes transversais, que na prática não tinham eficácia nem equidade, assumindo aquele objetivo como essencial, promovendo junto das principais rubricas geradoras de despesa mudanças que se revelassem estruturais para uma melhor eficácia dos serviços prestados.-----

----- Referiu que se não gerissem adequadamente e de forma extraordinária aquilo que era extraordinário, o Município poderia chegar a ter o risco de lidar com o risco, de gerir, dentro do seu orçamento, aquilo que eram verbas particularmente voluptuosas. Reforçou que gerir de forma adequada as contingências da EPUL e as contingências de outros processos era uma condição verdadeiramente essencial para a manutenção do equilíbrio estrutural das finanças do Município de Lisboa.-----

----- Finalizou dizendo que aquele orçamento reduzia significativamente a despesa do Município, nomeadamente, na rubrica de aquisição de bens e serviços. Especificou que naquela rubrica a redução era superior a dezanove milhões de euros, exigindo um esforço muito significativo em termos de gestão, e que apesar dos aumentos nas rubricas de pessoal, decorrentes de decisões externas ao Município e dos aumentos do serviço da dívida associados ao processo de extinção da EPUL, o Município iria apresentar, naquele dia, àquela Assembleia um orçamento com uma redução superior a quinze milhões na despesa total, apresentados na despesa corrente.-----

## DRAFT

----- Expôs, relativamente à despesa de Capital, que a redução que aquele orçamento apresentava era feita sem qualquer compromisso da capacidade de investimento da Câmara. Garantiu que decorria, fundamentalmente, dos acertos e da calendarização dos instrumentos de financiamento, adequando-os à calendarização física dos projetos. -----

----- Revelou, do ponto de vista da receita, que a estimativa era a de reduzir a receita estrutural no quadro antes referido, da compensação pelos meios próprios de uma parte daquela redução, mas também de um quadro particularmente exigente que iria exigir quer a negociação com o Governo, quer o aumento e a melhoria da capacidade de cobrança da Autarquia, lidando de forma adequada com as contingências. -----

----- Sublinhou que era absolutamente vital para a Cidade dispor de um programa de alienações extraordinárias que permitisse lidar com a situação extraordinária decorrente daquelas contingências. Comentou que a utilização de receitas extraordinárias para o pagamento de despesas correntes deveria de ser evitado a todo o custo porque poderia, caso se tornasse numa prática recorrente, evitar a resolução e o lidar de frente com os problemas do equilíbrio estrutural do ponto de vista financeiro, asseverando que não era o que faziam. Disse que primeiro identificavam um problema de natureza estrutural, na receita e com o necessário avanço do ponto de vista da despesa e referiu que a realidade era que há anos se confrontavam com contingências extraordinárias do lado da despesa relacionados com processos que iriam culminar e conhecer o seu término durante o ano de dois mil e catorze. Expôs que a solução que tinham encontrado, e que defendiam, era que àquele aumento da dívida fosse acionado, o mais rapidamente possível, um plano de redução da dívida por forma a evitar a internalização dos custos daquela dívida, tão expressiva, dentro do orçamento em vigor. -----

----- Sintetizou que eram aquelas as linhas de fundo das Grandes Opções do Plano e do Orçamento que naquele dia tinha tido o prazer de apresentar e defender; avançar no cumprimento do programa do Governo na Cidade, cumprir e avançar no primeiro ano do novo Plano, do novo Executivo e de uma nova maioria e, em segundo lugar, zelar pela manutenção do equilíbrio financeiro estrutural da Câmara Municipal de Lisboa, que era, em síntese, a missão que lhes havia sido confiada pelos lisboetas naquelas últimas eleições. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** começou por dizer que tinham para avaliar naquele dia dois documentos de importância fundamental para o governo da Cidade de Lisboa. -----

----- Mencionou que aquele Orçamento estava marcado por contingências financeiras extraordinárias e pela continuação da lua-de-mel, da governação política do governo da Cidade, entre o PS e o PSD, no qual apenas tinha mudado o parceiro, antes Santana Lopes e naquele momento Fernando Seara, constituindo apenas uma opção e um facto político de governação de como melhor chegar aos governos de direita de Passos Coelho e Portas -----

----- Disse que a Câmara Municipal de Lisboa pretendia encaixar em dois mil e catorze cento e trinta e um milhões de euros em alienação de património e adiantou



## DRAFT

que iriam colocar duas questões que pretendiam ver esclarecidas relativamente à venda de terrenos.-----

----- Posicionou-se, aquele Grupo Municipal, contra a venda de terrenos da Praça de Espanha. Referiu que estava prevista para aquela zona uma unidade de execução, à revelia do escrutínio democrático daquela Assembleia, orçada em onze milhões de euros, que iriam ser suportados, na íntegra, pelo Montepio Geral e pela Seguradora Lusitânia em função do acerto de contas com a Autarquia. Afirmou que aquele projeto iria desvirtuar por completo aquela Praça e solicitaram que aquela centena de vendedores fosse colocada num espaço de venda condigno.-----

----- Manifestou que a segunda questão se prendia com a venda de terrenos do Vale de Santo António, pertença da EPUL e com um Plano de Pormenor aprovado. Quis saber qual o terreno que, concretamente, pretendiam alienar e se o Plano de Pormenor se iria manter.-----

----- Questionou, relativamente à verba de recuperação da Piscina da Penha de França, para a qual o PS, no seu Programa Eleitoral, tinha previsto a sua concessão, se o Governo da Cidade pensava da mesma forma que o Governo Central, acreditando que não se encontrava vocacionado para a prestação de determinados serviços públicos, investindo primeiro e concessionando depois.-----

----- Assinalou alguns condicionalismos àquele orçamento, nomeadamente, a nova Lei das Finanças Locais, com uma forte limitação da dívida e com uma abertura retardada do novo quadro comunitário. Expôs que a diminuição de receitas da Câmara iria condicionar, significativamente, a atividade municipal, obrigando a Autarquia a limitar, também significativamente, o seu esforço de investimento, centrando-se apenas no essencial, designadamente no PIPARU, na componente nacional do QREN e outros fundos comunitários e na utilização de verbas provenientes da concessão do Casino.-----

----- Considerou ainda, o BE, que a política fiscal da Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito das suas competências fiscais de fixação do IRS, DERRAMA, IMT e IMI, e de garantia do nível de receitas indispensáveis à previsão de importantes serviços públicos de proximidade, poderia minorar o assalto fiscal central. Interrogou, perante aquele quadro, como é que a Câmara pretendia arrecadar cerca de cento e quarenta milhões em DERRAMA e IMT, quando o Governo apenas pretendia extinguir o IMT a partir de dois mil e dezasseis e a DERRAMA a partir de dois mil e dezoito.-----

----- Lembrou que o País e a Cidade viviam um drama social profundo, um drama que exponenciava cada vez mais as desigualdades sociais, a pobreza, e até mesmo a pobreza extrema. Considerou por isso importante a criação de um Gabinete de Crise, uma proposta que já tinha sido apresentada e aprovada naquela Assembleia, pelo BE, e que iria permitir o acompanhamento, de forma sistemática e sustentada, da evolução social. Acrescentou que era fundamental a criação de um quadro de reforço de verbas de apoios sociais às famílias, no domínio dos apoios sociais, que, no entender do Bloco, passava pelo reforço substancial das verbas do Fundo de Emergência Social, algo que aquele Orçamento não contemplava.-----

## DRAFT

----- Afirmou que a taxa de execução também precisava de ser, comparativamente aos anos anteriores, mais efetiva. Focou que a pobreza, a violência de género e doméstica, a violência sobre os idosos, o número crescente de pessoas sem-abrigo, bem como todos os seus problemas psicossociais e materiais, deveriam ser detentores de uma atenção acrescida e de um reforço de verbas por parte da Autarquia. Frisou que não podiam continuar a responder com a polícia e a varredura dos abrigos temporários de mendigos e arrumadores, uma vez que careciam de resposta e enquadramento social. Salientou que as respostas precisavam de ser integradas, nomeadamente, através do reforço da atuação em parceria, desbloqueando os constrangimentos institucionais que caracterizavam a rede social de Lisboa. Traduziu que em termos práticos, significava reforçar e revitalizar o papel das Comissões Sociais de Freguesia. -----

----- Referiu que a Reorganização Administrativa da Cidade tinha naquele ponto a sua oportunidade no âmbito da transferência de competências, em matéria de ação social para as freguesias e a oportunidade de alterar de paradigma a intervenção social em termos de política social local. -----

----- Acrescentou que também era preciso lutar pelo direito à habitação. Falou das inúmeras famílias carenciadas e a viver em situações dramáticas, dizendo que mereciam, por parte da Câmara de uma atenção especial. Mencionou o aumento do desemprego, as reduções salariais e as dificuldades enfrentadas por inúmeras famílias quer no pagamento à banca dos empréstimos contraídos para habitação própria, quer no aumento brutal do valor patrimonial para efeitos de novas avaliações de imóveis e de taxas definidas por aquele Governo no que ao IMI dizia respeito, quer fosse no novo Regime Jurídico para arrendamento urbano. Salientou que todos aqueles aspetos exigiam a adoção de medidas, por parte da Câmara, que minimizassem a situação daqueles que se encontravam em situações precárias. -----

----- Admitiu que o subsídio de renda, embora controverso, era uma resposta. Expôs que o Bloco de Esquerda considerava prioritária a criação de uma bolsa de habitação para arrendamento, com preços acessíveis para os mais jovens e com extratos economicamente mais débeis. -----

----- Considerou, o Bloco, negativa a venda de património prevista naquele orçamento, bem como a venda de duzentos fogos de habitação social, devido à carência de habitação social existente naquele Município. Apontou que muitos fogos se encontravam entaipados e outros tantos em muito mau estado. Questionou o número de pessoas em lista de espera e disse que urgia responder às famílias em serias dificuldades. -----

----- Frisou que a situação era degradante, que se encontravam bairros inteiros por recuperar e que aqueles moradores careciam de acompanhamento social. -----

----- Mencionou a verba insignificante que se encontrava destinada ao término das obras da Rua Lopes e do Alto Varejão, que consagrava o realojamento de três famílias, e assinalou que não se encontrava nada previsto para a concretização do Plano de Pormenor da Calçada das Lajes. -----

## DRAFT

----- Destacou que existiam em Lisboa mais de cinquenta mil fogos devolutos, facto que iria obrigar o município a enveredar pela reabilitação dos fogos existentes e defendeu a aposta na reabilitação urbana, não apenas do espaço público mas também do edificado, nomeadamente, em edifícios habitacionais. -----

----- Salientou que a Cidade precisava de novas soluções, de novas políticas e de novas estratégias para combater os problemas que se tinham agravado com o passar do tempo. Designou a solução política “Reabilite primeiro, Paga Depois” de “não solução” pois no entender do Bloco não respondia à urgência do problema. -----

----- Referiu a existência de um consenso, entre o conjunto alargado das forças políticas e sociais, de que a reabilitação urbana podia proporcionar o acesso à habitação a custos mais reduzidos do que a construção de novas casas. -----

----- Afirmou que uma opção séria e competente, na reabilitação urbana, poderia ainda permitir a criação de novos postos de trabalho numa atividade com forte incorporação nacional. Lamentou que a reabilitação não tivesse tido, naquele Orçamento, a merecida atenção nem tivesse sido considerada prioritária por aquele Executivo, facto comprovado pela baixa taxa de execução do PIPARU desde o início do programa. -----

----- Defendeu, o Bloco de Esquerda, uma moratória para a construção da nova habitação na Cidade consolidada. -----

----- Disse que aquele Orçamento e as Grandes Opções do Plano confirmavam, naquilo que à política de habitação dizia respeito, a diferença de perspetivas entre o Bloco de Esquerda e aquele Executivo, entre a visão da Cidade e as estratégias do Bloco, e a visão e estratégias daquela maioria camarária. -----

----- Relativamente ao saneamento disse que defendiam o abandono da intenção daquele executivo da transferência da EPAL para o sistema de águas residuais e pluviais, por considerarem, naquele contexto, uma operação politicamente inaceitável e por considerarem que assim se abririam portas à privatização da gestão da rede de saneamento de Lisboa e à mercantilização de um serviço público essencial. -----

----- Declarou que era importante fazerem “guerra” às cheias em Lisboa, adotando medidas estruturais que, de forma articulada, e com a adoção de medidas não estruturais, permitissem o combate de forma eficaz ao problema das cheias urbanas em diversas zonas da Cidade. -----

----- Mencionou o mapa de pessoal previsto para dois mil e catorze e expôs que o orçamento não refletia a transferência de pessoal previsto na Lei número cinquenta e seis de dois mil e doze de oito de novembro, incluindo as receitas e despesas previstas pelas novas competências. Alongou que aquela proposta identificava o número e perfil dos recursos humanos, mas que para assegurar a missão e atividades do Município de Lisboa era necessário assegurar alguns daqueles novecentos e oitenta e dois postos de trabalho vagos naquele quadro. -----

----- Considerou positivo, tendo em atenção a posição do Bloco face à extinção da EPUL, a previsão de postos de trabalho para a internalização dos trabalhadores da daquela empresa. -----

## DRAFT

----- Defendeu a criação de postos de trabalho decorrentes das cento e uma vagas para a Auxiliar de Ação Educativa e que a Câmara deveria de colocar um fim à vergonhosa exploração de trabalhadores, em situação de desemprego, que trabalhavam nas oficinas e em departamentos na esperança de um dia poderem ser integrados, sendo, no entanto, substituídos a cada onze meses. Classificou aquela situação de “intolerável” e disse que a Câmara deveria de abrir concursos com vista à sua integração no quadro camarário. -----

----- Considerou ainda, relativamente aos Sapadores Bombeiros, que se deveriam de criar postos de trabalho, necessários, como forma de combate à triste realidade do Regimento e da degradação de condições. -----

----- Sublinhou a importância do diálogo entre os representantes dos trabalhadores e a Câmara, para o bom funcionamento da cidade de Lisboa em serviços como a limpeza, espaços verdes, recolha do lixo, cuidar de crianças, apoio às atividades desportivas e culturais e todo um outro conjunto de atividades e funções que, apesar de não serem visíveis, eram determinantes para a qualidade de vida dos municípios e para o pleno funcionamento da Cidade. -----

----- Referiu que se tinha conseguido consagrar, através da negociação coletiva, nos segmentos de grandes empresas, organizadas em *Holdings*, um duplo vínculo e de posto de trabalho. Acrescentou que a  *Holding* e a empresa deveriam de replicar naquela altura ao Município, num quadro de estabilidade a alcançar, para determinados serviços essenciais e de manutenção dos postos de trabalho do pessoal do Município, que viesse a transitar para as Juntas de Freguesia no quadro da Reforma Administrativa da Cidade, devendo a Autarquia assegurar aos trabalhadores todas as garantias no âmbito da referida transição. -----

----- Comunicou que se iria realizar uma greve no período compreendido entre os dias vinte e três a vinte e sete de dezembro, salientando que era a altura indicada para o diálogo imperar e para a consolidação de um quadro laboral estável. -----

----- Concluiu dizendo que aquele Orçamento, as Grandes Opções do Plano e o Mapa de Pessoal do Município não correspondiam minimamente, no entender do Bloco, às necessidades decorrentes de alguns dos graves problemas existentes em Lisboa. Salientou que tinham visões diferentes para a Cidade, que respeitavam valores diferentes e propunham diferentes políticas, estratégias e medidas em áreas fundamentais, pelo que o voto do Bloco iria ser contra. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que mesa se tinha deparado com uma dificuldade relacionada com a ordem das intervenções. Disse que o artigo quarenta e três do Regimento não era claro, relativamente àquela matéria, e propôs que aquele item fosse esclarecido, no dia seguinte, em conferência de representantes, tal como o proposto pelo Bloco de Esquerda. Lembrou que o Regimento também dizia que nos restantes casos a palavra deveria de ser dada pela ordem de inscrição, devendo a mesa, sempre que se justificasse e fosse possível, conceder a palavra intercaladamente aos Deputados Municipais dos diferentes Grupos. Esclareceu que no momento em que dera a palavra ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda não tinha, para além do MPT e do PCP, mais ninguém inscrito. Disse que iriam tentar impor uma outra lógica

## DRAFT

e propôs que se desse a palavra ao PSD em primeiro lugar, depois ao PCP, seguido do PS e que os outros partidos falariam por ordem decrescente de importância e de acordo com as inscrições. Aproveitou para comunicar que tinha um pedido do PCP para o desdobramento da sua primeira intervenção.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)** começou por lembrar que se encontravam ali para discutir o Orçamento e as Grandes Opções do Plano do município de Lisboa. Frisou que aquele Orçamento e aquele Programa de Governo da Cidade resultavam de uma maioria expressiva e clara, resultante daquelas últimas eleições autárquicas, o que conferia absoluta legitimidade aos pressupostos em que assentava e aos desígnios que promovia. Salientou que aquela legitimidade também implicava mais responsabilidade, nomeadamente, responsabilidade na confiança atribuída pelo voto e responsabilidade na envolvência das forças políticas com legítima representatividade na defesa dos interesses da Cidade.-----

----- Fez sobressair que a linha entre a legitimidade reforçada e o autismo relacionado com os reais problemas e necessidades de Lisboa era muito ténue. Referiu que apesar de as maiorias proporcionarem estabilidade governativa também implicavam um esforço redobrado de auscultação das vozes dissonantes e transmissoras, ainda que em minoria, de problemas e propostas concretas ao desenvolvimento do Município. -----

----- Salientou que o programa de governo da Cidade apresentado naquele dia por aquele Executivo assentava em cinco grandes eixos de ação e que não era mais do que o programa com que o Partido Socialista se tinha apresentado a eleições. Considerou que era legítimo que assim fosse mas que era exatamente naquele ponto que a legitimidade eleitoral se confrontava com a realidade.-----

----- Revelou que, dias antes, se tinham deparado com a necessidade sentida por aquele Executivo em rever o mapa das taxas do Município de Lisboa. Disse que sabia que o orçamento de Lisboa e as suas receitas dependiam, quase em exclusivo, da economia da Cidade e que sabiam da existência de processos de cobrança de taxa que necessitavam de ser revistos e melhorados, para que Lisboa se tornasse numa cidade mais competitiva e eficiente. Manifestou a disponibilidade do PSD para um debate subordinado àquele tema e para contribuir para uma solução que promovesse, ainda mais, o princípio da estabilidade fiscal, da equidade de recursos, que promovesse mais investimento, mais economia e mais competitividade.-----

----- Salvaguardou que iriam, no entanto, recusar um aumento sem critério, um aumento que servisse apenas para colmatar o eventual falhanço de algumas rubricas de receita inscritas naquela proposta de orçamento.-----

----- Justificou a posição do PSD lembrando que a Câmara tinha adotado, até àquela altura, o papel de crítico feroz relativamente ao aumento de impostos levado a cabo por aquele Governo, não podendo, por isso, no governo da Cidade a que presidia, aplicar a mesma receita.-----

----- Afirmou, a título de previsões de receitas otimistas, que tinham muitas desconfianças relativamente à verba inscrita naquele Orçamento referente à alienação de património. Expôs que duvidavam profundamente dos valores inscritos. Explicou

## DRAFT

que no entender do PSD, cento e trinta e um milhões de euros, era um valor excessivamente otimista e contrario àquilo que o tempo lhes tinha vindo a demonstrar.

----- Relembrou que aquele Plano assentava em cinco eixos e que era, quando confrontado com a realidade, verdadeiramente surpreendente. Salientou que o PSD também queria uma Cidade mais próspera, mais empreendedora, mais sustentável e mais próxima do cidadão; que também queria uma Cidade mais limpa, mais verde, mais humana e mais organizada; que pretendiam de ter mais cidade. -----

----- Explicou que fazer mais cidade não era apenas organizar e proteger os locais por onde a procissão iria passar. Salientou que também era preciso olhar para a Cidade escondida dos olhares de quem visitava Lisboa e perceber que existia toda uma Cidade que necessitava de intervenção profunda. -----

----- Aprofundou que fazer Cidade era reabilitar e criar condições para que os jovens estudantes e as jovens famílias pudessem arrendar a preços competitivos e regressar à Cidade que os vira nascer; fazer Cidade era apoiar ainda mais aqueles que infelizmente viviam na solidão, sem condições e que tinham nos serviços municipais a sua única família; fazer Cidade era criar dinâmicas culturais que elevassem as pessoas para locais de excelência e referência relativamente à oferta de cultura e de lazer; fazer Cidade era, em articulação com as Juntas de Freguesia, os autarcas de proximidade por excelência, atribuir-lhes competências e recursos para que eles fossem também decisores de uma política integrada de desenvolvimento e progresso.--

----- Lamentou a forma pouco precisa, pouco criteriosa e de caso a caso que aquele processo de transferência de competências estava a suscitar. Acrescentou que, relativamente àquele assunto, era com preocupação que assistiam a mais um anúncio de greve dos trabalhadores do Município. Manifestou que por pretenderem uma efetiva transição e competências para as Juntas de Freguesia, uma transição integrada, abrangente, equitativa e planeada iria propor no dia seguinte, em conferência de representantes, em nome do PSD, a criação de uma Comissão eventual de acompanhamento à transferência de competências para as Juntas de Freguesia.-----

----- Desafiou o partido maioritário daquela Assembleia, o PS, e todos os outros, para que ajudassem, em conjunto, o Município a encontrar a melhor forma de concretizar aquele processo de transição, que travassem a pressa e que trabalhassem, em conjunto, numa solução. Alongou que era necessário o empenho e a responsabilidade de todas as forças políticas para que aquele processo de transferência de competências corresse da melhor forma, que era necessário o contributo de todas as forças políticas. -----

----- Comunicou que o PSD iria viabilizar com a abstenção aquele primeiro Orçamento do Município de Lisboa. Referiu que existiam preocupações comuns entre aquele Executivo municipal e o Partido Social Democrata. Sublinhou que era uma abstenção e não uma carta-branca e explicou que era uma abstenção porque, na lógica de legitimidade eleitoral, respeitavam os eleitores e pretendiam, reforçou, dar o seu contributo para uma Cidade cada vez melhor.-----

----- Declarou que procurar entendimentos, estando na oposição ou no exercício de funções executivas, não era um motivo de vergonha, nem era confrangedor para

## DRAFT

ninguém, afirmando, em seguida, que era antes uma atitude responsável de quem sempre procurara o melhor para a sua Cidade. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** disse que do ponto de vista de apreciação global do Orçamento e do Plano, se podia dizer que estavam perante um orçamento ficção, vítima de uma série de contingências que o podiam liquidar antes da sua execução. Desejou estar errado no seu prognóstico. -----

----- Abordou as Grandes Opções do Plano, um documento genérico, conhecido e nada inovador. Disse que as necessidades e as prioridades da Cidade ficavam, naquele documento, suspensas; que ficavam na formulação do infinito, verbo no infinito; que não existia objetivação ou quantificação de objetivos, questionando em seguida qual medida que iria limitar a polarização social da Cidade; ou como é que se iria controlar o agravamento da equidade social e cultural da sociedade lisboeta; como é que se iria limitar o declínio demográfico da Cidade, em que percentagens, em que valores quantitativos; como é que se iria limitar a destruição do aparelho produtivo, de que forma, em que maneira e em que quantidade; como limitar as intervenções irrepetíveis dos Serviços Centrais na Cidade que era mártir do poder central, dando como exemplos os malefícios previstos na saúde da Cidade devido a intervenções centralizadas. -----

----- Indagou onde é que estava a defesa firme, alargada e participada da Cidade face àquelas intervenções desreguladoras. Assinalou que falavam em prioridades de cumprimento e orçamentos participativos e questionou qual dos presentes naquela sala é que não tinha ouvido falar de coisas aprovadas em dois mil e dez que continuavam, àquela altura, por executar e sondou se aquela prática não teria tido um contributo importante na descridibilização daquele instrumento de gestão da Cidade. -----

----- Focou a questão do financiamento municipal, prejudicado a nível central, e acusou o município de, ao invés de enfrentar e, usando as prerrogativas do Senhor Presidente da Câmara, assumir com frontalidade o confronto pela Cidade se propunha falar, discutir com o Governo, nos gabinetes e à “boca pequena”. Perguntou o que é que se poderia fazer para travar aquele agravamento do financiamento da Cidade. -----

----- Declarou que era preciso contestar o fundo da questão mas que ao invés disso se optava por sobrecarregar com novas taxas ou por resolver o problema em casa, quando se deveria de afrontar os responsáveis por aquela situação. Disse que em relação ao investimento não iria falar mais naquele dia. -----

----- Expôs que perante todos aqueles pontos não tinham motivos para votar a favor daquele Plano e como tal iriam votar contra. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)** manifestou o seu desejo em partilhar com a mesa, com os membros da Câmara e os membros daquela Assembleia, de forma resumida, um conjunto de boas razões que, no seu entendimento, justificavam o apoio empenhado do PS ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o período compreendido entre dois mil e treze e dois mil e dezassete. -----

----- Começou pelas Grandes Opções do Plano. Disse que ao reproduzirem, no fundamental, os eixos do programa eleitoral do PS e das listas de Independentes que se tinham apresentado a eleições em conjunto com o PS, reforçavam e reiteravam o

## DRAFT

compromisso e empenho daquela equipa municipal, permitindo a todas as forças políticas, e a todos os cidadãos acompanhar com maior equidade o cumprimento e a execução daquilo que tinham sido as opções sufragadas pelos lisboetas naquele último mês de setembro.-----

----- Assinalou que se encontravam perante um orçamento que, face aos tremendos desafios e dificuldades resultantes da prolongada situação de crise que todos conheciam, com a inelutável quebra de receitas da Autarquia, que se traduzia, face a dois mil e dez, em cento e vinte milhões de euros de receita estrutural, que se encontravam, prosseguiu, perante um orçamento que colocava a tónica, no equilíbrio orçamental, das finanças do município, defendendo que deveria de ser alcançada através de receitas igualmente estruturais e não de carácter conjetural e extraordinário, e que só assim se conseguiria assegurar a durabilidade e a estabilidade do quadro fiscal, amigo das famílias e das empresas, que tinha sido recentemente aprovado, por larguíssimo consenso, pela Câmara e por aquela Assembleia.-----

----- Desenvolveu que aquele Orçamento também procurava acautelar um conjunto de situações de carácter contingente, não estrutural, com que o Município se iria deparar em dois mil catorze, resultantes da integração da EPUL e do desfecho de um conjunto de processos judiciais. Expôs que as receitas extraordinárias, ou parte delas, resultantes da alienação de um conjunto de ativos do Município, constituíam, na sua perspetiva, a forma mais adequada de fazerem face a situações de contingência.-----

----- Considerou que existia alguma prudência nas estimativas apresentadas e explicou que se encontravam perante verbas extraordinárias, inferiores a orçamentos recentes, e verbas muitíssimo inferiores àquelas que constavam em orçamentos apresentados por outras maiorias, num contexto em nada comparável ao daquela altura.-----

----- Disse que o Orçamento em discussão, não obstante o quadro de restrições e dificuldades referido, assegurava uma importante e relevante capacidade de investimento por parte da Autarquia, destacando o enorme esforço daquele executivo no sentido de concluir, em dois mil catorze e em dois mil quinze, as mais de três dezenas de projetos aprovados no âmbito do Orçamento Participativo.-----

----- Assinalou que alguns Presidentes de Junta e autarcas tinham começado a questionar, apenas naquela altura, a existência, em casos pontuais, de atrasos e da necessidade de se concluírem os referidos projetos. Considerou que aquelas queixas eram um indicador positivo, uma vez que até àquela data apenas tinham questionado e criticado a inexistência de um Orçamento Participativo.-----

----- Afirmou que Lisboa iria, em dois e catorze, e a exemplo do que se tinha sucedido em dois mil treze, figurar no topo da lista das entidades com mais investimento público concretizado. Sublinhou que aquele Orçamento prosseguia, no que à despesa corrente do Município dizia respeito, no caminho do controlo e rigor e com uma redução prevista de menos quinze milhões de euros face ao ano de dois mil e treze e, como já havia sido referido, sem cortes cegos, horizontais, que não resolviam de forma sustentada nenhum desequilíbrio e nenhum défice.-----



## DRAFT

----- Recordou o então designado Plano de Saneamento Financeiro defendido naquela casa em dois mil e sete pelo então Presidente de Câmara e pelo seu Vereador das Finanças, o Senhor Dr. Cardoso da Silva, para afirmar, de forma convicta, que aquele Orçamento se inseria num processo e num percurso de consolidação permanente das finanças do Município. Alongou que aquele Orçamento preparava ainda o caminho para uma nova etapa da vida das freguesias da cidade de Lisboa, com mais meios, mais competências, mas capacitadas para o prosseguimento do seu mandato de proximidade aos cidadãos e à realidade quotidiana dos lisboetas.-----

----- Disse que se tratava, na perspectiva do Partido Socialista, de uma nova e desafiante realidade, de um reforço substancial de atuação e da dignidade das juntas de freguesia, porventura um momento histórico e, muito provavelmente, apenas comparável ao primeiro mandato do Dr. Jorge Sampaio.-----

----- Lamentou que alguns do que então tinham participado e apoiado o alargamento e o reforço das competências das juntas de freguesia fossem, naquela altura, os maiores detratores da reforma que se encontrava em curso, parecendo inclusive desejosos de que o referido processo não corresse da melhor forma, quer para a Cidade quer, para os lisboetas.-----

----- Temeu, referindo-se à anterior intervenção do PSD, que a lista de detratores aumentasse e que nela viessem a constar nomes menos esperados.-----

----- Terminou reiterando o apoio do PS àquele Orçamento e aos diplomas conexos naquela Assembleia em apreço e, reiterou também a necessidade de se travar um debate, sério e alargado, para auscultar o impacto que a nova Lei das Finanças Locais iria inexoravelmente ter nas finanças do Município, privando-o de receitas estruturais e absolutamente vitais para o regular funcionamento da Câmara e da Cidade.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Telmo Correia (CDS-PP)** referiu que aquela primeira intervenção do CDS iria ser muito breve. Disse que a intervenção da sua colega, a Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim, iria ser mais detalhada e mais específica.-----

----- Expôs que pretendia deixar duas ou três reflexões, de linha geral, relacionadas com a leitura que o CDS fizera daquele Orçamento. Registou, em primeiro lugar, que aquele Orçamento estabelecido essencialmente com base e com comparação no Orçamento de dois mil e doze era um Orçamento que, de forma geral, representava menos dotação e uma quebra, significativa, do ponto de vista da receita, questionando em seguida qual seria a melhor forma de responder às solicitações naquele quadro e naquele contexto.-----

----- Salientou que aquele Orçamento tinha, do ponto de vista do CDS, enquanto previsão em termos de receitas, uma percentagem significativa, cerca de dezoito por cento, que se encontrava ligada à venda de património. Sublinhou que estavam a falar de cento e trinta e um milhões, sendo que setenta e oito eram venda de património da Câmara e os restantes relacionados com a EPUL.-----

----- Realçou que era naquele ponto que se encontrava a primeira grande interrogação relativamente àquele Orçamento, pois todos conheciam o país em que viviam, conheciam as circunstâncias que envolviam o País, conheciam o impacto que aquelas

## DRAFT

circunstâncias tinham na cidade de Lisboa, conheciam o momento de crise que o País estava a atravessar e conheciam a realidade daquela crise e, perante a realidade da referida crise e a crise do setor imobiliário, questionou o realismo daquele número e daquela medida. Indagou se, na opinião da Câmara, aquele número era uma mera previsão ou se era uma previsão consistente. -----

----- Realçou que, na opinião do CDS, aquele número, cento e trinta e um milhões de euros de venda de património, naquele contexto, parecia um número distanciado da realidade. -----

----- Partilhou mais duas preocupações. Garantiu que tinham noção da legitimidade da maioria, designadamente da maioria do PS de fazer o seu orçamento, de o propor à Câmara e que não iriam ter a mesma atitude que tinham visto aquele PS ter, noutros fóruns e noutros contextos, de começar a inviabilizar e de ser sempre do contra. Sublinhou que não iriam ter a mesma atitude, lembrando que não a tinham tido na Câmara e que também não a iriam adotar naquela Assembleia. Frisou que a perspetiva do CDS era de abertura. Lembrou que se tratava do primeiro Orçamento de uma maioria legítima. -----

----- Revelou que o CDS se mantinha coerente com aquilo que tinha dito durante a campanha eleitoral e com a proposta política que tinham apresentado durante as eleições. Lembrou que a proposta política do CDS assentava em duas ideias muito importantes, nomeadamente, não aumentar, naquele contexto, e em nenhuma circunstância, a despesa, alegando que não seria sustentável. -----

----- Questionou se não teria sido possível, em termos de corte de despesa, ir mais longe, de reduzir mais despesa, uma vez que a médio prazo, algumas das receitas, como o IMI e a DERRAMA, tinham tendência para não só para descer, fruto das circunstâncias económicas, como também para desaparecer. Sublinhou que perante aqueles factos a solução da Câmara não era, do ponto de vista do CDS, sustentável. ----

----- Mencionou, evidenciando a coerência do discurso do CDS, que a segunda preocupação essencial era a preocupação social. Revelou que não existiam dúvidas de que aquela era também uma preocupação essencial para a Autarquia e que as atitudes do Senhor Presidente também iriam ser coerentes com o seu discurso. -----

----- Frisou que a preocupação social era a primeira prioridade da cidade de Lisboa, que não existiam preocupações mais importantes do que aquela, que aquele momento era, salientou, um momento de muitas dificuldades para muitos concidadãos, um momento muito difícil para muitas famílias lisboetas. Revelou que tinha muitas dúvidas de que aquele Orçamento refletisse aquela prioridade. Constatou que não existia um aumento, não havia um investimento considerável, não havia diferenciação considerável em termos de apoio social e, sublinhou que, do no ponto de vista do CDS, aquela deveria ser a primeira preocupação e tudo deveria de estar preparado para responder, em circunstâncias de crise, à prioridade social. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** assinalou que, relativamente à apreciação do Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa e das Grandes Opções do Plano para o quadriénio dois mil e catorze – dois mil e dezassete,

## DRAFT

aquela proposta, ao contrário do que era habitual, não trazia nota introdutória, que não existia nenhum documento que enquadrasse ou facilitasse a sua compreensão. -----

----- Considerou que seria positivo que as propostas de orçamento seguintes se fizessem acompanhar de uma nota de abertura. -----

----- Declarou que aquela proposta não ia ao encontro das necessidades da Cidade, que era irrealista e enumerou algumas inconsistências e divergências detetadas no conteúdo da proposta. -----

----- Questionou o porquê de aquele Executivo ter apresentado um orçamento de cerca de setecentos e trinta milhões de euros e de prever arrecadar cento e trinta e um milhões de euros com alienação de património, nomeadamente, em venda de terrenos, imóveis e lojas e, destacou, que aquele valor era oito vezes superior à média que havia sido arrecadada naqueles últimos três anos e considerando que não era exequível -----

----- Indagou por que razão aquele Executivo insistia em apresentar aqueles números, se insistiam numa suborçamentação de receitas por saberem que não iriam conseguir arrecadar os valores pretendidos, e que aquela seria a forma encontrada para equilibrar, pelo menos aparentemente, as contas e justificar as despesas.-----

----- Perguntou se aquele Executivo estaria à espera de cumprir com aqueles objetivos e de manter, mesmo com um baixo nível de execução, o nível de previsão de receitas ou se aquele seria um Orçamento feito claramente para não ser cumprido.-----

----- Deu o exemplo das taxas de execução de venda de bens de investimento em anos anteriores. Referiu que em dois mil e onze tinha sido de quatro vírgula oito por cento, que se tinha previsto mais de trezentos milhões com aquelas operações e que apenas se tinham conseguido catorze milhões; que em dois mil e doze a taxa tinha sido de dezoito vírgula um por cento, que se tinha apontado para cento e sessenta milhões tendo-se conseguido apenas vinte e oito milhões e que o cenário tinha sido semelhante em dois mil e treze.-----

----- Considerou que os valores previstos não eram, como o Senhor Vereador afirmara, difíceis, mas sim irrealistas. -----

----- Assinalou que a verba destinada às freguesias, sessenta e oito milhões de euros, vinha diretamente do Orçamento de Estado. Questionou o porquê de aquele valor aparecer no Orçamento. Disse que no entendimento de “Os Verdes” aquele valor não deveria de constar, uma vez que os salários dos trabalhadores que iriam ser transferidos se encontravam incluídos no Orçamentos de Estado. Considerou, por isso, que se encontravam perante uma duplicação de valores. -----

----- Disse que apesar das explicações dadas, a verdade é que eram apresentados duzentos e trinta e seis milhões de euros de despesas com recursos humanos, valor igual ao de dois mil e treze, mesmo estando a Autarquia a avançar com a transferência de trabalhadores para as freguesias. Salientou que se fixavam valores que não iriam ser atingidos e que não deveriam de constar naquela proposta, uma vez que assim ficava a ideia que não iriam existir transferências, algo que, sublinhou, “Os Verdes” defendiam. -----

----- Apontou a existência de novecentos e oitenta e dois postos de trabalho vagos e indagou como é que a Câmara iria alcançar bons resultados daquela forma. Referiu

## DRAFT

que existiam duzentas e vinte e cinco vagas por preencher nos cantoneiros de Limpeza, cento e um assistentes operacionais na área de educação, onze nos tratadores de animais e, entre outras, duzentos e sessenta e duas nos bombeiros. Perguntou se aqueles trabalhadores não eram essenciais ao bom funcionamento dos serviços. -----

----- Lembrou que a Autarquia tinha uma escola de jardineiros e perguntou, por isso, que sentido é que fazia ter menos quinze jardineiros. -----

----- Abordou o ponto cinco. Registou que existia na aquisição de bens e serviços um aumento de quarenta e seis por cento totalizando, quase, cento e quarenta milhões de euros. Considerou-o um ponto revelador das opções erradas daquele Executivo, que continuava a insistir na aquisição de bens e serviços fora da esfera municipal ao invés de potenciar os serviços da Câmara. -----

----- Relembrou, a título de exemplo, o esvaziamento de meios humanos e materiais na área de gestão e manutenção dos espaços verdes, traduzidos num rol de propostas, apresentados naquela Assembleia, para contratação de serviços externos à Autarquia para aquela área. -----

----- Referiu que um dos cinco eixos prioritários da Autarquia era “Lisboa mais próxima”, baseando-se numa Cidade limpa e arranjada. -----

----- Citou aquele Executivo que dizia que “*a qualidade dos serviços urbanos, em especial da higiene e limpeza urbana, é a primeira prioridade de uma cidade melhor*”. Realçou que no entanto as opções tomadas naquela matéria não refletiam aquela preocupação. -----

----- Continuou naquele eixo e focou o Programa A1 – Cidade dos Bairros, com o qual concordavam plenamente e questionou se aquele Orçamento iria conseguir fazer mais pelos bairros sociais. -----

----- Mencionou o programa intitulado “Cidade mais próxima dos cidadãos” onde era referida a Reforma Administrativa e onde se voltavam a mencionar inverdades, nomeadamente a referência a um amplo processo de participação, em facilitar a vida às pessoas e em dar uma melhor resposta aos problemas. Recordou que tinham alertado inúmeras vezes para as consequências daquela Reforma e que os tempos seguintes iriam ser a prova viva dos problemas que teriam de enfrentar. -----

----- Extraiu, da página nove das Grandes Opções do Plano, o compromisso expresso da Autarquia e citou “*Promover o funcionamento aberto e mais expedito da Assembleia Municipal devendo o seu regimento ser alterado por forma a reconhecer e assegurar a todos os eleitos igual capacidade de acesso à informação e intervenção*”. Concordou com o princípio mas questionou qual a razão para ser a Câmara a promover aquilo quando se tratavam de órgãos autónomos. Expressou que a Câmara não podia, nem devia, intervir sobre o funcionamento daquela Assembleia pelo que aquela ingerência não podia ser permitida. -----

----- Extraiu do texto que aquele Executivo pretendia “*valorizar o debate público das grandes questões da política municipal*”; e “*implementar a participação informada dos cidadãos e suas organizações*”. Revelou que o PEV concordava desde que não existissem ingerências. Disse que não podiam deixar de salientar que, naqueles últimos anos, tinham sido vários os compromissos assumidos com aquela Assembleia

## DRAFT

que não tinham sido cumpridos, pautando-se aquela relação pela falta de respeito revelada pelo trabalho dos Deputados, pelas propostas que apresentavam e pelas perguntas colocadas que, em vão, esperavam ver respondidas.-----

----- Assinalou que existia uma divergência quando se falava em serviço público de qualidade. Expôs que para "Os Verdes" era completamente impossível que, com as opções seguidas, e que continuam a ser propostas, se conseguisse tal feito, aliás, facilmente perceptível através do que já haviam dito sobre o Mapa de Pessoal e relativamente à aquisição de bens e serviços a empresas privadas. Sublinhou que estava bem à vista a linha política seguida pelo Partido Socialista e que iriam ser, mais uma vez, os lisboetas a perder. -----

----- Disse que aquelas eram as considerações que, após uma análise aos documentos que faziam parte daquela Proposta de Orçamento da Câmara para dois mil e catorze, "Os Verdes" tinham a fazer.-----

----- Acrescentou que o Orçamento, um importante instrumento e base de trabalho, estava a ser, mais uma vez, desperdiçado com ilusões, irrealismos, com opções de gestão erradas para Cidade e que não conseguiam ver naquela Proposta nenhum ponto de viragem, que não conseguiam ver onde é que estava refletida uma melhoria na qualidade de vida das pessoas.-----

----- Questionou como é que aquele Orçamento iria trazer mais população, fixar mais empresas ou reabilitar património degradado; como é que iria transformar Lisboa numa cidade mais amigável, equilibrada e sustentada. Perguntou ainda como é que esperava aquele Executivo atingir, com aquele Orçamento, os eixos prioritários a que se propunha nas Grandes Opções do Plano e respondeu que não iria, nomeadamente porque aquele era um orçamento irrealista, desajustado, era uma proposta ficcional e fantasiosa, que não correspondia às reais necessidades dos municípios e da cidade.-----

----- Terminou dizendo que, por tudo o que tinha exposto, "Os Verdes" consideravam que aquela Proposta estava muito longe de ser a proposta de orçamento que Lisboa estava a precisar e que por isso "Os Verdes" iriam votar contra o Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa para dois mil e catorze.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** saudou, antes de iniciar a sua intervenção, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa pelo recente estudo dedicado à população dos sem-abrigo de Lisboa. Referiu que as conclusões do estudo apontavam para um número alarmante de cerca de setecentas pessoas sem habitação, e davam conta de uma notícia alarmante, referiam que os esforços da Proteção Civil Municipal, que tinha como missão, entre outras, reforçar o apoio às pessoas sem-abrigo, tinham ficado gravemente prejudicados pelos serviços camarários numa ação indireta e sem precedentes. -----

----- Explicou que se referia às prepotências demonstradas pelo serviço camarário da Higiene Urbana que, em desarticulação com a Proteção Civil Municipal, tinha destruído alguns acampamentos de pessoas sem-abrigo como se se tivesse tratado de uma ação de limpeza étnica.-----

## DRAFT

----- Partilhou que no Partido da Terra pensavam que estavam bem longe daqueles tempos tenebrosos em que por diferenças de pele, de religião, de raça, de credo ou de desigualdades económicas se tinham perseguido outros seres humanos.-----

----- Revelou que não acreditava que algum serviço debaixo da tutela do Senhor Presidente pudesse ter intenções xenófobas racistas ou socialmente discriminatórias e salientou que aquela Câmara, empossada dois meses antes, já deixava transparecer uma clara e evidente descoordenação entre os vários pelouros camarários, deixava transparecer uma verdadeira e total descoordenação entre os serviços municipais. Questionou se estaria a decorrer uma luta pelo poder na Câmara Municipal de Lisboa.-

----- Relativamente à Proposta nº 870/2013, começou por congratular o Senhor Vereador Fernando Medina e a sua equipa pelo esforço empregue na elaboração daquele documento em tão curto espaço de tempo. Salientou que o esforço empregue era ainda mais notável se se considerasse o facto de aquele Executivo ter tomado posse apenas cinquenta e três dias antes.-----

----- Disse que não podia deixar de referir que tinham ficado desolados por aquela Proposta de Orçamento não incluir uma nota explicativa que enquadrasse as opções daquele Executivo no que à realização de despesas e obtenção de receitas dizia respeito.-----

----- Analisou aquela Proposta de Orçamento. Chamou a atenção daquela Casa, salientando que já ia sendo, aliás, habitual nos Orçamentos dos Executivos liderados pelo Senhor Presidente António Costa, para os milhões de euros com que aquele Executivo tinha dotado algumas rubricas orçamentais que, na opinião do Partido da Terra, mais pareciam verdadeiros sacos azuis, e que constavam no Orçamento com a designação de Outros Encargos com a Saúde, Outras pensões, Outros Bens, Outros Trabalhos Especializados, Entidades Individuais, Entidades Coletivas, Outros Juros, Outros Encargos Financeiros, Outras Despesas de Capital, Outros Investimentos ou simplesmente com a designação de *Outros* e *Outras*.-----

----- Asseverou que a verdade era que todas aquelas “Outras” rubricas amontoavam a uma astronómica despesa na ordem dos cerca de cento e dezassete milhões de euros sem, sublinhou, se saber quem eram aqueles “Outros” e “Outras” para os quem os cofres do Município reservavam aquela enorme fatia do erário público.-----

----- Apelou ao Senhor Vereador para que evitassem, ao máximo, incluir nas propostas de Orçamento seguintes aquele tipo de situações e para que a inclusão de rubricas com a designação de “Outros ou Outras” fossem uma exceção e não uma regra.-----

----- Estranhou que na página dezassete daquela Proposta de Orçamento, mais especificamente no quadro número um “Resumo do Orçamento de 2014”, estivesse previsto um total de receitas e um total de despesas que pouco ou nada diferiam da malograda proposta de Orçamento de dois mil e treze.-----

----- Notou que os valores previstos para as rubricas de despesas e de receitas na Proposta de Orçamento do ano anterior contabilizavam valores na ordem dos setecentos e vinte e sete milhões, oitocentos e treze mil e cento e vinte e oito euros, e que para a proposta de Orçamento de dois mil e catorze o valor era de setecentos e

## DRAFT

vinte e oito milhões, cento e dezoito mil e cinquenta e seis euros, ou seja, que se observava apenas uma diferença de trezentos e quatro mil e novecentos e vinte e oito euros. -----

----- Intuiu que o Senhor Vereador iria dizer que as comparações teriam de ser efetuadas à luz do Orçamento de dois mil e doze transposto para dois mil e treze e não da Proposta de Orçamento para dois mil treze que tinha sido chumbada naquela Casa. -

----- Salientou que pelas semelhanças existentes entre as aquelas duas propostas de Orçamento, a daquele ano e a do ano anterior, poderiam dizer que se encontravam em dezembro de dois mil e doze a discutir a Proposta de Orçamento para dois mil e treze. -

----- Assinalou que mais parecia que o Senhor Presidente tinha acabado, um ano depois, por levar a dele avante, impondo àquela Casa um Orçamento por ela chumbado. -----

----- Regressou à análise da Proposta. Verificou, com desagrado, que as verbas atribuídas ao Departamento de Desenvolvimento Social continuavam ainda muito baixas, comparativamente a outros serviços camarários. Deu como exemplo as verbas da Higiene Urbana e do Ambiente e Espaço Público que, como era do conhecimento geral, tinham parte das suas competências delegadas nas juntas de freguesia e para as quais existia, aliás, uma dotação estatal na ordem dos sessenta e oito milhões de euros.

----- Disse, dirigindo-se ao Senhor Vereador, que o Partido da Terra tinha fortes preocupações ecológicas, que não desprezavam a atuação do Pelouro do Ambiente Urbano, mas, salientou que eram, também, um partido de raiz humanista, com fortes preocupações sociais e que se recusavam a ficar insensíveis à miséria que se alastrava à vista de todos. -----

----- Registou que as verbas a atribuir à Direção Municipal de Cultura e ao Departamento de Política de Solos e Valorização estavam previstas no dobro do valor atribuído ao Departamento de Desenvolvimento Social.-----

----- Quis saber como é que era possível, numa altura de profunda crise económico-social, as dotações do Pelouro de Intervenção Social serem inferiores àquelas outras e, salientou que estava a falar de verbas que chegavam a atingir o dobro dos valores atribuídos ao Departamento de Desenvolvimento Social. Questionou se aquele Executivo iria continuar a privilegiar aquelas áreas em detrimento da Solidariedade Social. Asseverou que para o Partido da Terra as pessoas estavam em primeiro lugar. --

----- Observou que o Senhor Vereador tinha tido a sensibilidade suficiente para dotar a rubrica referente às Famílias, nas transferências correntes, com um aumento de cerca de um milhão e meio de euros face ao Orçamento anterior.-----

----- Lamentou, no entanto, que em relação às IPSS's, instituições de caridade social, a transferência de capital tivesse diminuído em cerca de setecentos e trinta mil euros face àquele ano. -----

----- Referiu que a previsão de despesa com o pessoal camarário ascendia, naquela Proposta de Orçamento, aos duzentos e trinta e seis milhões, seiscentos e cinco mil e quatrocentos e oitenta e um euros o que representava um aumento de dezasseis milhões e quatrocentos e sessenta e oito mil euros, quando na Proposta de Orçamento

## DRAFT

de dois mil e doze se tinha previsto uma despesa de duzentos e vinte milhões, cento e trinta e sete mil e duzentos e um euros.-----

----- Salientou que se comparassem com a Proposta de Orçamento chumbada para dois e treze, a diferença, entre a chumbada e a proposta para dois mil e catorze, era de nove milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil e setecentos e trinta e nove euros a mais no Orçamento em discussão.-----

----- Questionou o Senhor Vereador relativamente àquela abissal diferença, lembrando que existia, para dois mil e catorze, um acréscimo de oitenta e seis funcionários e que iria existir uma transferência de funcionários para as juntas de freguesia, e que por isso não entendiam aquele aumento exponencial de despesa com pessoal. -----

----- Intui que o Senhor Vereador iria responder que aquele aumento se devia, em parte, à integração dos cerca de duzentos trabalhadores da EPUL e, recordou que o Partido da Terra se posicionara contra à extinção daquela empresa por considerar que a Câmara não tinha legitimidade para extinguir uma empresa pública, e que tal iria implicar, em virtude da integração dos funcionários da EPUL nos quadros do Município, um acréscimo de despesa para o Município de Lisboa-----

----- Revelou-se satisfeito por saber que o Executivo que tinha mandado extinguir a EPUL, estava a assumir o erro daquela extinção. -----

----- Asseverou que a diferença de dezasseis ou de nove milhões de euros, consoante o ano de comparação, não poderia ser justificada apenas com a integração dos duzentos funcionários da EPUL, nem com a diferença do acréscimo de mais oitenta e seis trabalhadores. -----

----- Realçou que, no entanto, nem tudo era negativo naquela Proposta. Acentuou que tinham sido dados passos importantes em relação à extinção do IMT e lamentou que o mesmo não tivesse acontecido com o IMI, um imposto que considerou verdadeiramente injusto. Disse que positiva tinha também sido a decisão de diminuir a transferência em sede de IRS.-----

----- Realçou também, relativamente às Grandes Opções do Plano, alguns aspetos que nalguns casos considerou positivos, e noutros preocupantes. -----

----- Assinalou como positivo o reconhecimento, por parte da Câmara, da existência de um verdadeiro problema na Cidade com os lixos e a limpeza urbana. Expôs que se referia ao reconhecimento, no Eixo A “Lisboa Mais Próxima”, da necessidade de reformular o portal da CML, no subprograma “A Minha Rua”, de forma a, e citou, “*torna-lo mais ágil e mais amigável*” na receção das queixas dos cidadãos e entidades no que à limpeza dizia respeito. -----

----- Salientou também o reconhecimento da necessidade de “*reforçar os meios de limpeza e remoção de dejetos caninos*”, bem como a “*criação de um programa de gestão eletrónica do lixo*” promovendo uma melhor adequação da sua recolha.-----

----- Apontou como preocupante a menção que aquele Executivo fazia ao funcionamento daquela Assembleia no ponto relativo ao Programa A2 “Cidade Mais Próxima dos Cidadãos”. Expôs que o Partido da Terra considerava inadmissível e



## DRAFT

intolerável qualquer tentativa de interferência no funcionamento ou nos assuntos daquela Assembleia.-----

----- Recordou o Senhor Presidente de uma expressão que utilizara na sua tomada de posse e citou “*não confundo, nunca o fiz, maioria com poder absoluto*”.-----

----- Sugeriu que a discussão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o quadriénio de dois mil e catorze e dois mil e dezassete fosse efetuada com a obrigação de compreensão acrescida, face à situação económico-financeira que o País e a Cidade atravessavam, face ao crescente número de famílias que não estava a conseguir fazer face à crise, face ao desemprego que teimava em aumentar e às múltiplas necessidades de se fazer face ao dia a dia a devida dignidade imprescindível numa sociedade equitativa, justa e democrática. -----

----- Dirigiu-se ao Senhor Presidente, dizendo que o Partido da Terra entendia que não existia Cidade sem pessoas, e que as pessoas que viviam em Lisboa, pelas quais haviam sido eleitos, mereciam não serem esquecidas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** salientou que era a primeira vez o Partido pelos Animais e pela Natureza intervinha num debate sobre o orçamento. -----

----- Lembrou que sempre tinham dito que não aprovavam ou reprovavam matérias por questões puramente ideológicas. Explicou que primeiro analisavam se a proposta em discussão reunia as condições necessárias e se o cidadão seria beneficiado ou prejudicado.-----

----- Disse que aquilo que o PAN via era a tradução, com alguma coragem, de um programa eleitoral para as Grandes Opções do Plano. Esclareceu que era preciso coragem porque se encontravam perante uma maioria absoluta e, como tal, não existia nem oposição, nem desculpas. Comentou que a Câmara tinha nas suas mãos um programa político para executar que, no ponto de vista do PAN, iria beneficiar Lisboa, iria contribuir para uma Lisboa ainda mais favorável. -----

----- Declarou que não tinham dúvida, se a Câmara conseguisse cumprir com aquele programa, com as Grandes Opções do Plano, que Lisboa iria ficar muito melhor. Questionou se seria viável, se as contingências seriam suficientes para o cumprimento das promessas contidas nas Grandes Opções do Plano e, partilhou que tinham muitas dúvidas relativamente àquele ponto, que tinham dúvidas em relação às receitas e em relação às despesas. -----

----- Referiu que a rubrica “outros e outras” deixavam cento e vinte milhões em dúvida, levantava dúvidas sobre aquilo que efetivamente se estaria a passar relativamente ao Orçamento. Salvaguardou que, no entanto, e sabendo que a Câmara dispunha dos meios humanos necessários à execução das propostas que entendesse, estavam dispostos a ajudar a câmara, em tudo o que fosse necessário, a cumprir com aquele programa e, também, se encontravam disponíveis, caso se deparassem com contingências, para analisarem questões como, nomeadamente, as taxas adicionais. Sublinhou que a disponibilidade do PAN era total.-----

## DRAFT

----- Relativamente aos diplomas, e face ao que acabara de proferir, disse que o voto do PAN iria ser no sentido de viabilizar o Orçamento, as Grandes Opções do Plano e outros diplomas conexos.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)** referiu que a Assembleia da República tinha aprovado a Reorganização Administrativa de Lisboa através da definição do novo mapa da Cidade. Expôs que com aquela Reorganização se tinham reconfigurado vinte e três freguesias e criado a nova Freguesia do Parque das Nações.-----

----- Prosseguiu, dizendo que por proposta da Câmara Municipal de Lisboa, e com a aprovação daquela Assembleia, se tinham delegado, nas juntas de freguesia, competências próprias, numa amplitude ímpar e histórica.-----

----- Expôs que naquela delegação de competências eram abrangidas áreas de extrema importância para a vida dos munícipes, nomeadamente os espaços públicos, espaços verdes, educação, desporto e, entre outras, a ação social.-----

----- Salientou que eram grandes as responsabilidades das juntas, principalmente na área técnica e financeira, e que tinham como objetivo principal a transferência de serviços, para que os fregueses se sentissem recompensados por aquelas decisões públicas.-----

----- Acrescentou que as juntas de freguesia se encontravam conscientes de todas aquelas vicissitudes e, de algum modo, muito apreensivas com os tempos, os modos e, sobretudo, os meios financeiros de que iriam dispor para a vastidão das competências que lhes iriam ser transferidas.-----

----- Alongou que com a aprovação daquele Plano e daquele Orçamento estavam a validar as intenções políticas e a assumir o compromisso da sua implementação nas respetivas áreas de jurisdição.-----

----- Declarou que aquele Plano e aquele Orçamento não iriam ter, naquela Assembleia, uma votação unânime, no entanto, com ou sem unanimidade, iria ser um instrumento orientador da política de gestão daquele Executivo Camarário no ano seguinte.-----

----- Refletiu que a maioria confortável que apoiava aquele Executivo garantia a aprovação daquelas Propostas e, informou que o PNPN, apesar de ter consciência de que o seu voto não seria determinante para o resultado daquela Proposta, não iria deixar de assumir as suas responsabilidades de cidadania votando de acordo com aquilo que servia o interesse da Cidade e da Freguesia do Parque das Nações. Informou que naquele sentido, tendo ponderado uns, outros e todos, que o voto do PNPN deveria de ser favorável às Grandes Opções do Plano, ao Orçamento e a toda a documentação naquele dia submetida a votação.-----

----- Partilhou que, ainda assim, tinham algumas questões em aberto que pretendiam esclarecer, nomeadamente, de que forma se iria processar a transferência das competências previstas na lei número cinquenta e seis de dois mil e doze, frisando a preocupação em perceber os sinais que sobre aquela matéria transpareciam naqueles documentos e que luz se iria acender, por parte da Câmara Municipal, ao longo daquele debate.-----

## DRAFT

----- Explicou que os orçamentos de todas as Freguesias de Lisboa para dois mil e catorze encerravam, até àquela data, muitas incertezas no que à sua preparação dizia respeito. Contou que tinham sido muitas as iniciativas dos executivos perante a vereação da Câmara Municipal no sentido de procurarem mais e mais informação credível para a execução dos mesmos e que as respostas não estavam a chegar com a celeridade desejada e necessária. -----

----- Lembrou que Lei obrigava as juntas a terem os Orçamentos aprovados até ao dia trinta e um de dezembro e que no caso da Junta de Freguesia do Parque das Nações as necessidades eram superiores às sentidas pelas outras freguesias uma vez que eram a única Freguesia criada de raiz pela Lei número cinquenta e seis de dois mil e doze. Desejou que aquele Orçamento refletisse a necessidade de apoiar a instalação daquela Freguesia do Município. -----

----- Declarou que aguardavam respostas concretas e rápidas, tanto quanto possível, a todas aquelas questões, uma vez que as respostas daquela freguesia aos seus fregueses se encontravam dependentes das respostas da Autarquia àquelas questões. Sublinhou que aquela Freguesia tinha partido do ponto zero e sem qualquer tipo de suporte ao exercício das suas funções. -----

----- **O senhor Deputado Municipal Miguel Graça (Independente)** referiu que se encontravam naquela Assembleia para discutir a Proposta nº 870/2013. Expôs que aquela Proposta já tinha sido aprovada por aquele Executivo e que se encontrava naquele dia e naquele Plenário para discussão, depois de ter sido amplamente discutida na Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos. Informou que a exposição do Senhor Vereador das Finanças se encontrava anexada ao parecer emitido por aquela comissão à Proposta em discussão. Saudou o Senhor Vereador pela sua clareza e assertividade. -----

----- Estendeu aquele elogio aos documentos estruturantes e anexos à Proposta. -----

----- Sublinhou que se tratava de um documento tecnicamente muito bem elaborado, concretizado num prazo recorde e, num à parte, saudou e desejou que aquela passasse a ser a regra e não a exceção. Salientou que, acima de tudo, surgia num tempo justificado, ou seja, com a antecedência necessária para a apresentação de um instrumento base para a governabilidade do Município. -----

----- Congratulou-se pelo reforço, em termos de dotação, das questões de emergência social, de desenvolvimento local e direitos sociais naquele Orçamento, plenamente justificado pelo cenário de crise social que o País atravessava e de acordo com um programa de Governo municipal que pretendia, em contra ciclo, fazer de Lisboa uma cidade anticrise, realçando a redução da despesa corrente em quinze vírgula quatro milhões de euros e a redução de duzentos e trinta milhões de euros na despesa de capital, o que significava uma redução total de despesa de novecentos e setenta e quatro para setecentos e vinte e oito vírgula um milhões de euros. -----

----- Saudou ainda, em nome dos Deputados Independentes, a clareza de correspondência entre aqueles que eram os grandes objetivos daquele mandato, plasmados nas Grandes Opções do Plano, e a estrutura das rubricas daquele

## DRAFT

Orçamento, com uma relação direta entre os objetivos e as ações que se pretendiam levar a cabo. -----

----- Acentuou a importância daquela matéria referindo que o acesso, por parte dos cidadãos, a um documento financeiro claro e perceptível era uma base sólida que iria promover uma melhor participação dos cidadãos na gestão da Cidade e, para além da sua melhor compreensão, uma correspondência com o que havia sido sufragado, esclarecendo que era aquele o Programa de Governo da Cidade. -----

----- Elogiou aquele facto, mérito do Senhor Vereador das Finanças e de todos os Vereadores que com ele tinham construído aquele documento, não esquecendo, obviamente, o precioso contributo dos serviços da Câmara. -----

----- Observou que não existiam orçamentos perfeitos, que se era certo que algumas áreas tinham sido reforçadas, outras não o tinham sido, nomeadamente as áreas da Mobilidade e Acessibilidade Pedonal que, no entender daquele Grupo, deveria de ser detentor de uma atenção especial por parte do Município. -----

----- Assinalou também outras questões que poderiam ser melhoradas, sugerindo em seguida a inclusão de uma coluna com o orçamento anterior e o proposto, permitindo uma comparação imediata e as tendências de evolução. -----

----- Comunicou que aquele era, sem dúvida, um Orçamento merecedor da aprovação dos Deputados Independentes. -----

----- **A Senhora Presidente** comunicou que já tinha existido uma primeira ronda. Disse que já tinham falado todas as forças políticas e que algumas daquelas forças políticas solicitavam que, antes da segunda ronda, se indagasse se a Autarquia pretendia responder naquela altura. Seguidamente, tendo a Senhora Presidente considerado que aquela era a posição correta, a mesa indagou a Câmara se pretendia responder no final daquela primeira ronda. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** numa interpelação à mesa, disse que a autonomia de cada Grupo Municipal bem como a organização dos trabalhos das intervenções, competia ao referido grupo, tendo, obviamente, daquele modo, ocorrido uma separação de frentes. -----

----- Esclareceu que há vários anos, há vários mandatos que se percorriam os Grupos Municipais pela sua ordem de importância e, especificou que tinha sido aquela a chamada de atenção inicial. Referiu que se estava a truncar o funcionamento que era, até àquele dia, normal. Esclareceu que deveriam esgotar primeiro as intervenções dos grupos municipais e só então, no conjunto das questões colocadas, a Câmara responder. Salientou que fatiando a discussão se prejudicava a evolução dos trabalhos. -----

----- Propôs que no dia seguinte, em conferência de representantes, se posicionassem para apresentar uma proposta concreta do funcionamento da Assembleia. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que considerava que não tinham prejudicado ninguém e esclareceu que a interpretação da mesa era que já todos os grupos tinham falado, que tinha mais pessoas para falar em segunda e em terceira ronda e que a única questão que se colocava naquela altura era saber se haviam de questionar a Câmara se pretendiam responder naquela ronda. A Senhora Presidente entendia que sim, mas a

## DRAFT

Câmara preferiu esperar e a Senhora Presidente deu o assunto por encerrado e avançou para a segunda ronda.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** solicitou um ponto de ordem à mesa. Começou por recordar que aquela Assembleia tinha uma longa tradição, que já funcionava há dezenas de anos, que há dezenas de anos que tinham um comportamento que se tinha repetido de mandato em mandato e que, não existindo um novo Regimento, não existindo concertação de outra forma de atuação, se tinha de adotar a forma de atuação anterior.-----

----- Declarou que no dia seguinte até poderiam aprovar outra mas que, até lá, teriam de manter a forma de atuação anterior. -----

----- **A Senhora Presidente** agradeceu e apelou à compreensão de todos os Senhores Deputados. Lembrou que nem todas as pessoas que se encontravam naquela mesa tinham a experiência, de anos e anos, de muitos dos Senhores Deputados presentes naquele Plenário e agradeceu aos Senhores Deputados a partilha de experiência. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Drago (BE)** disse que se justificava a tradição nas sociedades modernas e que quando se apresentava uma tradição, não era por ser tradição mas sim por representar uma mais-valia e por permitir um melhor debate e uma melhor condução dos trabalhos. -----

----- Partilhou que achava que a sugestão apresentada, de a Câmara Municipal responder após uma primeira ronda, fazia todo o sentido, caso contrário não valeria a pena encontrarem-se naquela sala face a face, bastaria que os Grupos enviassem por escrito as suas questões à Câmara referentes ao Orçamento e a Câmara responderia por escrito. -----

----- Declarou que para a realização de um debate eram necessárias algumas respostas, por parte do Executivo, às muitas questões que já tinham sido colocadas pelos diferentes Grupos Municipais. -----

----- Lembrou que o então Vereador Fernando Medina tinha sido, durante muito tempo, Deputado na Assembleia da República, e como tal, deveria de estar habituado àquele tipo de debates. -----

----- Sugeriu que se inovasse em nome de esclarecimentos e solicitou ao Senhor Vereador que reconsiderasse a sua resposta e respondesse a algumas das questões colocadas pelos Grupos Municipais, para que o debate prosseguisse em cima da resposta do Senhor Vereador. -----

----- **A Senhora Presidente** sublinhou que existiam interpretações e leituras diferentes sobre a forma como se deveriam de conduzir as sessões. Informou que existiam duas propostas muito concretas do PCP, do PSD e do BE no sentido de definirem o funcionamento do Plenário em conferência de representantes e propôs, tendo a Câmara recusado responder naquela altura, que se prosseguisse com a reunião e que se transferisse aquela questão para a conferência de representantes do dia seguinte. Frisou que todos os Partidos, todas as forças políticas representadas naquela Assembleia tinham direito, com o tempo que lhes fora atribuído, ao uso da palavra. ----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigues Gonçalves (PSD)** cumprimentou publicamente a Senhora Presidente pelo início do seu mandato. Desejou que o registo

## DRAFT

da Senhora Presidente na Assembleia fosse, pelo menos, igual ao seu registo enquanto Vereadora da Ação Social, um papel que, na opinião do Senhor Deputado, havia desempenhado muitíssimo bem.-----

----- Colocou uma serie de questões ao Senhor Vereador Duarte Cordeiro, um Vereador com responsabilidade acrescida no âmbito da Lei número cinquenta e seis de dois mil e doze. Declarou que o Senhor Vereador poderia contar com toda a colaboração do PSD na persecução e implementação daquela Lei. -----

----- Relativamente à intervenção do PS, na qual o Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo confessara que se encontravam assustados com a proposta de criação de uma comissão, lembrou que aquela Lei era um projeto conjunto do PS e do PSD. Sublinhou que não era um projeto do PS que o PSD pretendia prejudicar, mas sim um projeto comum àqueles dois partidos. -----

----- Reforçou que eram autores responsáveis por aquela Lei e que era naquele sentido que apresentavam as suas propostas, no sentido de esclarecer qualquer dúvida relacionada ou suscitada por aquela Lei. Salientou que não se encontravam disponíveis para “aproveitamentos”, nomeadamente, de tom demagógico, por parte das outras forças políticas. -----

----- Acentuou que o PSD se encontrava disponível para, com uma atitude responsável, colaborar com o Senhor Vereador Duarte Cordeiro na boa transferência daquelas competências. -----

----- Exprimiu que tinham, naturalmente, algumas preocupações que pretendiam ver esclarecidas, nomeadamente a questão da equidade e equilíbrio nas transferências de competências e citou o artigo número onze da Lei número cinquenta e seis de dois mil e doze onde se lia que “*todas as freguesias devem de beneficiar das mesmas competências e em termos proporcionais de recursos equivalentes*”. Questionou que garantias tinham as freguesias de equidade e equilíbrio. Expôs que era uma dúvida recorrente que estava a ser levantada pelos sindicatos dos trabalhadores da Câmara Municipal.-----

----- Disse que aquele Executivo poderia responder que as garantias eram as decorrentes da própria Lei, mas que não era bem assim. Acentuou que as dúvidas do PSD persistiam e abordou o capítulo número quatro daquela Lei que referia no número um do seu artigo décimo-quinto, que definia a distribuição de recursos, que “*a atribuição das novas competências às novas freguesias é acompanhada dos meios humanos, dos recursos financeiros e do património adequados ao desempenho das funções transferidas*”. Indagou que critérios é que definiam aquilo que era ou não adequado ao desempenho das funções transferidas. Apontou que existiam de facto algumas dúvidas, e reforçou a vontade e a disponibilidade do PSD em ajudar no esclarecimento das mesmas.-----

----- Continuou, referindo que o número um do artigo décimo sexto, com o título de recursos humanos e, num à parte, sublinhou que aquela era a área mais polémica, definia que “*a atribuição de competências às juntas de freguesia determinava a transição do pessoal adequado aos serviços*”. Enfatizou o termo adequado e destacou a sua indefinição. Disse que a própria Lei remetia esclarecimentos para si própria

## DRAFT

contudo, não esclarecia. Questionou novamente quais eram os critérios e parâmetros que definiam o número e a necessidade de pessoal adequado, um termo que designou de bonito e abstrato. -----

----- Quis saber com que base é que a Câmara havia definido a transferência de mil e oitocentos funcionários, quais os termos em que iriam transitar e, entre outros, que garantias é que os funcionários iriam ter. -----

----- Focou que o número dois do artigo décimo sexto referia que “*sob proposta da Câmara Municipal, cabe à Assembleia Municipal definir os critérios de transição de pessoal*”. Assumiu que aquela era, naturalmente, uma competência da Assembleia e que deveriam de exercê-la com responsabilidade explicando que, na sua opinião, não deveria de ser a Assembleia a impor àquele Executivo aquilo que devia fazer pois cada um tinha o seu papel. Lembrou que o Executivo tinha sido eleito para gerir e a Assembleia tinha sido eleita para fiscalizar e não para obrigar a gerir. -----

----- Frisou e registou que o PSD pretendia, sempre com uma atitude responsável, contribuir para a clareza e transparência do processo de transição das competências definidas na Lei número cinquenta e seis de dois mil e doze, assumindo que aquele era também o objetivo do Senhor Vereador Duarte Cordeiro, do Senhor Presidente da Câmara e, naturalmente, da Assembleia Municipal e da sua Presidente. -----

----- Evidenciou que a proposta, apresentada naquela Assembleia, para a criação de uma Comissão Eventual de acompanhamento à transferência da delegação de competências era um indicador da vontade de colaborar do PSD. Expôs que pretendiam garantir aos presidentes de junta, a todos sem exceção, e aos funcionários a mesma defesa e garantir aos lisboetas a clareza de critérios e o respeito pela equidade e equilíbrio. -----

----- Manifestou que acreditavam na boa vontade do Partido Socialista em trazer mais clareza e mais transparência, e voltou a frisar que aquela Lei tinha sido elaborada em conjunto com o PS. Admitiu, enquanto autor da proposta, que aquela Lei, efetivamente, suscitava algumas dúvidas que importava esclarecer. -----

----- Reforçou que acreditavam na boa vontade de todas as partes bem como na aprovação, por parte do Partido Socialista, da proposta de criação de uma Comissão Eventual. -----

----- Acrescentou que pretendiam garantir aos Presidentes de Junta que, embora o artigo décimo sexto falasse em consultar as juntas de freguesia, a referida consulta, bem como o seu resultado não tinha carácter vinculativo. -----

----- Revelou que contavam com a colaboração e com a cooperação da Senhora Presidente da Assembleia para a clarificação daquela matéria. -----

----- Solicitou, ao Senhor Vereador Fernando Medina, três esclarecimentos, nomeadamente, conhecer a importância atribuída pelo Senhor Vereador à Proposta de autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais. Indagou qual a importância, na óptica do Senhor Vereador, daquela proposta para o futuro da gestão da Câmara Municipal de Lisboa; questionou se a considerava um mecanismo útil para a gestão autárquica, administrativa e financeira e qual o critério que tinha levado o Senhor Vereador a escolher o valor de cem mil euros, uma vez que o disposto no

## DRAFT

Decreto Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, no seu artigo vinte e dois, número um alínea b), referia que o valor da despesa não podia ultrapassar os vinte mil contos, que, convertidos, dava noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove ponto cinquenta e oito euros e não cem mil euros. -----

----- Disse que eram aquelas as matérias que o PSD pretendia ver esclarecidas, que tinham ideias próprias, um programa próprio, que iriam defender; que tinham a responsabilidade de perceber que existia uma equipa que tinha ganho e que tinha de governar mas que também existia uma Assembleia para fiscalizar. -----

----- **A Senhora Presidente** disse, relativamente à proposta do Partido Social Democrata para a criação de uma Comissão Eventual para acompanhamento do processo de transferências de competências para as freguesias, que primeiro teriam de apresentar uma proposta em concreto para ser analisada por todos os grupos e em conferência de representantes. Alertou para a existência de alguma sobreposição com a quinta Comissão, cujo âmbito era a descentralização e pediu ao PSD que apresentasse a proposta para que a pudessem analisar. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, num pequeno à parte, recordou que tinham existido ao longo dos vários mandatos diversas tentativas de parlamentarização daquela Assembleia. Disse que tinham, na altura, chamado a atenção para a autonomia do poder local e para as suas características próprias e, salientou que a Assembleia tinha conseguido ao longo daqueles tempos defender o espaço democrático. -----

----- Destacou que estavam, naturalmente, abertos ao debate daquelas matérias e que as intervenções teriam de ser consensualizadas em conferência de Representantes, lembrando que a conferência de representantes era um órgão consultivo da mesa. -----

----- Relativamente à criação de uma Comissão eventual alertou, tal como a Senhora Presidente, para a existência de uma Comissão responsável por aquela área, no entanto era óbvio que aquela matéria iria acompanhar aquele mandato e considerou que seria melhor que o PSD apresentasse a proposta para que a pudessem analisar. -----

----- Focou, então, o tema em debate naquele dia. Disse que as Grandes Opções do Plano e o Plano de Atividades colocavam a tónica no empreendedorismo mas que no final o “Eixo B Lisboa Empreendedora” perdia imensa dotação para dois mil e catorze. -----

----- Afirmou que a realidade pura e dura surgia, nomeadamente, nas preocupações dos trabalhadores municipais que não sabiam o que é que iria acontecer na transferência de competências para as freguesias. -----

----- Especificou que em dois mil e doze o número de trabalhadores no mapa de pessoal era de nove mil quatrocentos e noventa e oito e que naquele mapa para dois mil e catorze apenas se tinham considerado apenas nove mil cento e onze e que, lembrou, em dois mil e nove eram dez mil trezentos e quatro trabalhadores. -----

----- Questionou quantos é que iriam ser transferidos, e em que condições, para as freguesias; se poderiam manter o vínculo e mais tarde regressar, e se a Câmara iria ficar esvaziada em algumas áreas. -----



## DRAFT

----- Expôs que com base naquilo que era proposto pela Autarquia perdiam o vínculo e que só poderiam regressar através de concurso ou da mobilidade.-----

----- Mencionou que a Lei, especialíssima e encomendada, da Reforma Administrativa de Lisboa previa no seu artigo décimo terceiro que a Câmara Municipal poderia assumir áreas que entendesse prioritárias e globais para a Cidade, coisa que aliás já fazia.-----

----- Apontou que aquilo que se perspetivava e configurava era o partilhar de responsabilidades e ações de freguesia para freguesia, numa manta de retalhos em que a Câmara abandonava o essencial e o concreto, que interessava ao bem-estar das populações, para se voltar para altos interesses dos quais a Colina de Santana e a destruição dos hospitais eram um exemplo contestado e brutal para Lisboa.-----

----- Evidenciou que a aquisição de bens e serviços aumentava, naquele Orçamento, quarenta e seis por cento, passando para cento e trinta e seis milhões de euros. Concluiu que se iria buscar ao exterior aquilo que os serviços da Câmara poderiam fazer melhor e a um preço mais acessível.-----

----- Destacou que tinham enfraquecido o aparelho municipal na gestão e manutenção de espaços verdes e que os pavimentos, a limpeza e vias do espaço público, o mobiliário urbano, a sinalização vertical e horizontal, a gestão e manutenção de equipamentos culturais e sociais, as escolas até ao primeiro ciclo e a gestão de feiras e mercados eram alguns exemplos do desmantelamento que levava o Senhor Presidente da Câmara, António Costa, a chamar aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia “Vereadores Territoriais”.-----

----- Salientou que no entanto não era claro sobre aquilo que iria passar em concreto para cada freguesia, quando é que iria passar, qual seria o estatuto dos trabalhadores que iriam transitar para as juntas de freguesia e, qual o seu total, que, até àquela data, poderiam chegar aos mil e oitocentos, o que significava cerca de vinte por cento dos trabalhadores da Autarquia.-----

----- Enunciou que o órgão Câmara Municipal iria analisar aquelas questões na quarta-feira seguinte e aconselhou que se considerassem as questões das negociações com os sindicatos e que era necessário ouvir os trabalhadores de forma a garantir o serviço público municipal.-----

----- Realçou que as juntas apenas iriam ter um eleito a tempo inteiro e questionou como é que iriam dirigir e acompanhar todo aquele volume de trabalho. Destacou que competia àquela Assembleia, sobre proposta da Câmara, definir e resolver aquelas matérias.-----

----- Observou que a dotação global prevista pela Lei entrava no orçamento da Câmara, quando, de acordo com a referida Lei, se encontrava destinada às freguesias. Indagou como é que se iriam processar as transferências. Concluiu que as juntas de freguesia não tinham estrutura para responder e perguntou para onde é que iria a capacidade técnica e a experiência da Câmara, dos Diretores, Departamentos, Divisões e trabalhadores de cada área e setor.-----

----- Destacou que era o caminho perfeito para concessões, externalização, privatizações e outras alienações. Notou que existiam Presidentes de Junta iludidos

## DRAFT

com as verbas para dois mil e catorze e questionou o que é que iria acontecer nos anos seguintes, se iriam ficar sozinhos a tapar os buracos que entretanto se abrissem, salientando que na Câmara Municipal, deixando de existir concentração de meios técnicos e financeiros, deixariam de existir respostas eficazes à Cidade. -----

----- Assinalou que aquele executivo tinha colocado no seu orçamento, como receita, os sessenta e oito milhões de euros destinados às juntas de freguesia e a mesma dotação para despesa e indagou o porquê, indagou se seriam aleatórios os critérios de transferências. Declarou que não se tinha avaliado o edificado escolar e as despesas a assumir e revelou curiosidade em saber quais é que iriam ser as prioridades na resolução dos problemas. Revelou que conheciam as preocupações, as inquietações e a revolta que os trabalhadores da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia sentiam e viviam, de forma intensa, dia após dia. -----

----- Referiu que aquele Executivo, ao desfazer e destruir, prejudicava Lisboa e fragilizava serviços e experiências que tinham sido, e ainda o eram, essenciais para as populações. -----

----- Enfatizou que era necessário defender os serviços públicos prestados à Cidade e manter as sedes das freguesias abertas para que não se prejudicasse ainda mais a proximidade necessária às populações. Mencionou que existiam programas de proximidade e de apoio ameaçados de extinção e que outros problemas se afiguravam pronunciando problemas e dificuldades para aqueles que habitavam nos bairros e nas freguesias. -----

----- Analisou que era necessário fazer uma ponderação séria sobre tudo aquilo na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal de forma clara e com informações e propostas concretas para que conseguissem obviar dificuldades configuradas, tanto em relação às transferências e meios como às questões dos trabalhadores da Câmara Municipal e das juntas de freguesia. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** disse que, em complemento ao que já havia sido dito pelo seu colega de bancada, o Deputado Municipal Hugo Lobo, e no desenrolar de um debate tão importante para a Câmara Municipal de Lisboa, pretendia acrescentar algumas notas. -----

----- Revelou que o Partido Socialista concordava com muito do que havia sido dito naquela sessão até àquela altura. Lamentou que alguns partidos políticos, nomeadamente o CDS, que tinham feito do conjunto de preocupações sociais uma tónica de discurso, não aplicassem, no Governo, a cartilha relatada naquele órgão. -----

----- Disse que era importante perceber que o município iria apoiar, através do subsídio municipal de arrendamento, com um vírgula cinco milhões de euros, famílias que, na sequência do brutal aumento de rendas, não estavam a conseguir manter as suas habitações. -----

----- Afirmou que os apoios escolares, com refeições gratuitas para as crianças que se inseriam nos escalões A e B, num total de sete vírgula oito milhões de euros também eram importantes para o Grupo Municipal do Partido Socialista. Focou também a continuação do Programa “Bip-Zip” e o reforço de verba para os três vírgula três milhões de euros; a continuação do Fundo de Emergência Social, que contava com o

## DRAFT

apoio de vários parceiros locais, inclusive a Comissão Social Municipal, invisível para algumas forças políticas.-----

----- Realçou que, ao contrário daquilo tinha sido falado ao longo daquela tarde, o orçamento tinha uma redução, na despesa corrente, de dezanove vírgula sete milhões de euros, ou seja, menos onze por cento de despesa corrente, mesmo, salientou, face à contingência de um aumento com a despesa da Caixa Geral de Aposentações, de quatro a sete milhões de euros, referentes ao aumento da taxa de vinte para vinte e três vírgula setenta e cinco por cento. Frisou que aquela redução na despesa corrente era tangível graças à redução de dezanove vírgula sete milhões de euros na rubrica “Bens e Serviços”.-----

----- Destacou que se verificava, mais uma vez, uma preocupação de contenção de custos, de redução de despesas de funcionamento feita de forma racional e que a contenção na despesa corrente era uma tónica daquele Executivo.-----

----- Questionou como é que, existindo contenção de despesa, se poderia ter receita por forma a equilibrar as coisas.-----

----- Enfatizou a inclusão, na política de investimento da Câmara, do quadro de apoio comunitário seguinte, que já tinha sido referido pelo Senhor Vereador e que era algo em que a Câmara já trabalhava há muito tempo, com a estratégia de “Lisboa 2020” e que se encontrava dentro do conjunto de preocupações da Câmara. Expôs que aquele documento marcava um novo ciclo e que por isso o Partido Socialista registava com agrado a intenção de voto positivo de várias forças políticas porque era um orçamento estruturalmente equilibrado e realista, um orçamento que mantinha as tónicas de impulso económico que caracterizavam os mandatos do Partido Socialista na Câmara Municipal de Lisboa, do Presidente António Costa na Câmara Municipal de Lisboa, para que Lisboa pudesse ser uma cidade com mais pessoas, com mais emprego, ser mais Cidade.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Drago (BE)** disse, tendo perdido a esperança de que viesse a existir, por parte da Câmara, alguma resposta que permitisse avançar com aquele debate, que gostaria de pontuar algumas matérias.-----

----- Começou por referir que o Senhor Vereador Fernando Medina tinha apresentado uma estratégia para a Cidade, na qual manifestava o seu anseio em conseguir uma Cidade dinâmica, habitada, desenhada, capaz de se projetar nas rotas internacionais das grandes Capitais do mundo e revelou-se convicta da ausência de discordância, naquela Assembleia, em torno daquelas ideias absolutamente genéricas.-----

----- Prosseguiu dizendo que o que importava era perceber como é que aquele Executivo tencionava levar avante aquele seu projeto. Acrescentou que o Senhor Vereador Fernando Medina tinha apresentado questões de conjuntura e de tendência estrutural, nomeadamente no que à perda de receitas, que a Câmara iria ter nos anos seguintes, dizia respeito.-----

----- Evidenciou que teriam, em dois mil e dezasseis e dois mil e dezoito, o fim do IMT e da DERRAMA, receitas muito importantes para a Autarquia de Lisboa.-----

## DRAFT

----- Revelou que aquilo que gostaria de perceber era o porquê de a Câmara Municipal de Lisboa antecipar perdas de receitas por efetivar. Salientou a existência de um *ausente* que era, na sua opinião, necessário acrescentar àquele debate. -----

----- Questionou, considerando a existência de um Protocolo com a Associação Nacional de Municípios no sentido de finalizar primeiro o IMT e só depois a DERRAMA, se António Costa e Fernando Medina não acreditavam que António José Seguro pudesse ganhar as eleições legislativas de dois mil e quinze e alterar aquilo que era uma tendência daquele Governo, ou seja, asfixiar em termos financeiros as Autarquias do País, ou então, questionou, se teriam perdido qualquer esperança de o governo do Partido Socialista tivesse qualquer vontade de transformar aquilo que tinha sido anunciado. -----

----- Quis saber quais eram as prioridades da Câmara Municipal de Lisboa e disse que se tinha de olhar a Cidade, para os seus problemas e para as suas dificuldades, nomeadamente, o crescimento da pobreza em Lisboa e disse que tinham uma história para avaliar aquilo que era o Executivo de António Costa naquilo que tocava à aplicação de fundos no combate à pobreza e no apoio aos mais pobres. Apontou que aplicação do Fundo de Emergência Social tinha sido, em dois mil e onze, nula, que se tinham aplicado dois terços em dois mil e doze e que ainda não conseguiam precisar o valor aplicado em dois mil treze. -----

----- Mencionou que existiam outras histórias, histórias que contavam que aquele executivo tinha apoiado a “Moda Lisboa” com quatrocentos e quarenta e um mil euros por sessão e que, para aquele ano, para os sem abrigo, tinha uma orçamentação, destinada a apoios, na ordem dos cento e cinquenta e três mil euros; que iam ter no ano seguinte o “Rock in Rio” e que existiam, para além dos apoios em policiamento e utilização do espaço público, isenções de taxas no valor de três milhões de euros. -----

----- Reforçou que era importante perceber quais eram as prioridades, quais eram os apoios dados por aquele Executivo aos que mais dificuldades sentiam naquele contexto de crise. -----

----- Admitiu que a dinamização da economia da Cidade era, naquele tempo de crise, uma tarefa muito difícil. Detetou a existência de um consenso. Apontou que mais densidade populacional criava mais atividade económica, portanto, era necessário atrair mais pessoas para Lisboa. Verificou que no Orçamento da Câmara não existia, sequer, o vislumbre de uma única estratégia de habitação consolidada. -----

----- Disse que a extinção da EPUL tinha matado aquilo que em tempos fora um projeto de urbanização de Lisboa, que tinha deixado marcas e atraído habitantes para a Cidade e, pior, a anunciada venda de património da Câmara Municipal de Lisboa. Acusou a Câmara de não ter um instrumento e de abdicar de instrumentos fundamentais a uma estratégia de recuperação de património e de edificado. -----

----- Indagou o porquê de a Câmara abdicar de receitas possíveis, receitas existentes em outras capitais, nomeadamente uma taxa municipal sobre as dormidas turísticas, que teriam dado, em dois mil e doze, nove milhões e meio. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)** antes de começar a sua intervenção lamentou a alteração à ordem das intervenções e agradeceu

## DRAFT

ao Senhor Deputado do Partido Socialista por ter assumido aquela responsabilidade e por ter adiantado algumas respostas. -----

----- Iniciou a sua intervenção dizendo que pretendia, em nome do CDS, proferir algumas palavras, refletoras das principais preocupações do CDS, relativamente à Proposta de Orçamento para dois mil e catorze. -----

----- Reparou que as Grandes Opções do Plano não se encontravam refletidas no orçamento que fora apresentado naquela Assembleia. Salientou que as intenções eram ótimas, mas que as concretizações apresentadas naquele Plano não refletiam as mesmas ideias, -----

----- Salientou a falta de reforço na despesa referente à intervenção social. Sublinhou que dois mil e catorze se afigurava um ano muito difícil para a maioria dos portugueses e temeu que a Câmara não fosse capaz de acompanhar as verdadeiras necessidades dos lisboetas. -----

----- Partilhou que o CDS esperava um aumento significativo das verbas destinadas à ação social, mas que ao invés do aumento, se tinham deparado com a inscrição de novas taxas a criar. Disse que ainda não sabiam muito bem do que é se tratava mas sabiam que contabilizavam uma diminuição de receita por parte do IMI e da DERRAMA, uma quebra que iria exigir medidas adicionais de compensação. Revelou que não estavam certos de que a contabilização de cobranças de taxas por criar, ou rubricas apresentadas como “outros” fossem a forma mais transparente para contabilizar o Orçamento. Disse que pretendiam receber esclarecimentos adicionais relativamente àquela matéria. -----

----- Verificou, o CDS, que, apesar da diminuição da receita, do lado da despesa os cortes eram quase inexistentes. Verificou também que mesmo com a transferência de competências e respetivos recursos humanos para as juntas de freguesia que a Câmara apresentava, para dois mil e catorze, um aumento de despesa com pessoal. Verificou e saudou a intenção de concretização sobre o aumento das cobranças efetivas das taxas outrora esquecidas e incobráveis. Indagou como é que pretendiam efetivar aquelas cobranças e quanto é que iria ser despendido no reforço daquela cobrança. -----

----- Observou que as receitas extraordinárias apresentadas eram de difícil concretização. Quis saber o que é que iriam fazer para tornar aquele orçamento real. ---

----- Considerou que aquele orçamento não refletia as intenções daquele Executivo, nomeadamente quanto ao objetivo político de manutenção do nível atrativo de fiscalidade. Sublinhou que Lisboa precisava de mais pessoas, mais empresas e mais residentes. -----

----- Lamentou que aquela fosse a opção daquele Executivo mas que iriam, obviamente, respeitar as suas intenções. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Costa Santos (PAN)** começou por dizer que tinha chegado a altura de transmitir aquilo que era importante para o PAN. Desejou que fosse acolhido e lembrou que aquele Executivo tinha revelado disponibilidade em acolher outras ideias. -----

----- Revelou que deveriam de ser realizadas, entre outras medidas, na parte da política de apoio aos animais, obras adicionais na casa do animal com vista ao

## DRAFT

melhoramento de algumas infraestruturas, nomeadamente na criação de meios destinados a cuidados de saúde meios. -----

----- Expôs que uma parte dos problemas relacionados com os abates injustificados advinha da incapacidade de tratamento de alguns animais. Declarou que não era nem aceitável nem justificável que os animais fossem abatidos por não existirem meios de tratamento. Disse que que aquela questão deveria de ser ponderada, que se deveriam promover melhorias no Canil. -----

----- Sugeriu que se implementasse uma política de *não ao abate*, que deveria ser complementada com o intercâmbio com outros municípios. Sugeriu também a criação de um banco alimentar animal que permitisse às instituições da Autarquia fomentar, junto da população, a recolha e distribuição de alimentação para os animais errantes e para os animais de famílias com incapacidade económica.-----

----- Defendeu a continuação da campanha de esterilização de animais errantes; a realização de protocolos com associações de proteção animal com vista a uma maior promoção de voluntariado na casa do animal; a criação de uma base de dados eletrónica que divulgasse os animais, perdidos ou para adoção, à guarda do Município; promover ações de formação e sensibilização junto da população, escolas e universidades visando o respeito por todos os seres vivos e, em particular, os animais sencientes; promover ações de formação e sensibilização junto de associações de estudantes, instituições universitárias a respeito da importância ética e civilizacional de não organizarem ou participarem em garraizadas ou novilhadas; o aumento da fiscalização, prevenção e punição de todas as situações de maus tratos animais e desejou que a proposta de Lei apresentada pelo PSD e pelo PS chegasse a bom porto.-----

----- Revelou que gostariam, na sequência daquela legislação, que fosse elaborado um regulamento municipal de proteção e bem-estar animal que pudesse refletir os avanços de consciência que se iam detetando na população.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** transmitiu que na primeira parte da sua intervenção se iria focar nos temas que, ao longo daquela sessão, mais se tinham evidenciado, assumindo que todos conheciam o destino do Orçamento e das Grandes Opções do Plano. -----

----- Chamou a atenção para o facto de se encontrarem na Assembleia Municipal e não na Assembleia da República. Lembrou que era uma Assembleia que reunia, ordinariamente, de três em três meses, que era a Assembleia da Capital do País onde, naturalmente, os Senhores Deputados e as forças políticas tinham todo o interesse em manifestar as suas opiniões, independentemente da composição que aquela Assembleia pudesse ter tido ou tivesse. Explicou que no passado tinha sido sempre assim, que existira sempre tempo, no PAOD, para as forças políticas expressarem as suas opiniões, manifestarem as suas dúvidas e os seus anseios e, frisou, que não poderiam comparar aquela Assembleia com a Assembleia da República. Explicou que a dinâmica era completamente diferente -----

----- Referiu que a Reforma Administrativa de Lisboa deveria ser, muito provavelmente, o maior desfaio daqueles últimos quarenta anos. Alertou que não

## DRAFT

podiam olhar para aquela Reforma de forma ligeira, como se fosse algo de somenos importância. Sugeriu que olhassem para a Reforma Administrativa e se lembrassem que ao longo de décadas ninguém tinha sido capaz de implementar algo semelhante e, sublinhou, que o tinham alcançado no mandato anterior porque existira consonância, convergência entre os dois maiores partidos portugueses, uma convergência que mais tarde se traduzira num trabalho leal, profundo, visível na redução no número de freguesias, na transferência de responsabilidade para as freguesias.-----

----- Salientou que a transferência de responsabilidade para as freguesias só seria útil se os serviços prestados à população melhorassem. Lembrou que eram os Deputados Municipais que respondiam pela Cidade, logo, eram aqueles que mais desejavam que tudo corresse pelo melhor, por isso, considerou que a acusação feita pelo Senhor Deputado do PS não se aplicava.-----

----- Sublinhou que se encontravam todos empenhados, que todos pretendiam um bom resultado e que por isso tinham sugerido a criação de uma Comissão eventual para o tratamento daquelas questões. Admitiu que até poderia ser uma Subcomissão da quinta Comissão Permanente, mas que tinha de ser feita, tinha de ser acompanhada e ter os intervenientes que tinham, de alguma forma, responsabilidades naquela ação.--

----- Acrescentou que tinha de ser acompanhada porque não iria ser fácil, que iriam existir muitas queixas, muitos problemas, muitas hesitações e que era necessário que estivessem todos presentes para procurarem, em conjunto, a melhor forma de suprimir as hesitações e ultrapassar todas as queixas e hesitações.-----

----- Louvou o seu colega de partido e desejou que a proposta fosse aprovada uma vez que iria servir os interesses da Cidade.-----

----- Relativamente às Grandes Opções do Plano e do Orçamento disse que gostaria, muito, de ser simpático para com o Senhor Vereador e Vice-presidente, Fernando Medina.-----

----- Disse que já tinha visto muitos planos e muitos orçamentos mas nenhum tão pobre como aquele.-----

----- Recordou que era comum a todas as forças políticas, no momento em que se iniciava a discussão das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, começarem por elogiar os serviços pela forma competente, concreta, bem escrita e bem desenvolvida com que apresentavam tecnicamente os documentos, no entanto, aquilo que tinha visto não era suficiente para tecer elogios. Lamentou por isso. Admitiu que as pessoas que tinham elaborado aquele Orçamento teriam sido, muito provavelmente, as mesmas que tinham elaborado os anteriores. Concluiu por isso que os defeitos, caso existissem, seriam do Senhor Vereador.-----

----- Assinalou que o Partido Socialista vivia na desculpa, que não sabiam governar em situações difíceis, que só gostavam de governar na opulência, no tempo das “vacas gordas”, no tempo da mordomia e das autoestradas mas que era, salientou, muito difícil governar quando não havia dinheiro. Frisou que tinha sido sempre assim. Assumiu que estavam efetivamente em dificuldades, no entanto não iriam discutir as razões das dificuldades, ou tão pouco se estariam todos satisfeitos com as soluções encontradas para as mesmas, porque, sublinhou, quando as situações eram difíceis,

## DRAFT

quando os problemas eram muito complicados era quase impossível acertar em cheio nas soluções.-----

----- Declarou que não se encontrava satisfeito, que não estava de acordo com as decisões tomadas relativamente ao combate às dificuldades económicas do país. Sublinhou que ninguém poderia estar satisfeito com aquelas medidas. -----

----- Reforçou o que havia sido dito, momentos antes, pela Deputada Municipal Ana Drago, que era preciso, naquele momento de crise e dificuldade, apontar as prioridades e assumir que eram, de facto, incapazes de resolver todos os problemas, e que por isso era preciso atacar aqueles que eram importantes, nomeadamente, a pobreza, os idosos abandonados nas suas casas e, entre outros, os sem-abrigo.-----

----- Falou, no âmbito dos sem-abrigo, de uma ação que tinha sido levada a cabo pela Santa Casa da Misericórdia, uma ação que colocara um holofote sob as condições horríveis em que a maior parte daqueles seres humanos viviam. Constatou que apesar de serem seres humanos e de terem os mesmos direitos como os demais, os sem-abrigo, a par com os velhinhos que viviam isolados, não votavam, não faziam parte dos grupos mediáticos que a Câmara gostava de apoiar. -----

----- Questionou o que é que era mais importante, se eram aquelas pessoas a quem a Câmara, através do apoio a grupos mediáticos, dava trabalho ou se eram aqueles que morriam de fome; se eram aquelas pessoas ou se eram aquelas que morriam isoladas num quarto ou quinto andar. Declarou que a Santa Casa da Misericórdia tinha sido a única entidade portuguesa que tinha feito alguma coisa relativamente àquela matéria. Expôs que a Santa Casa, presidida por um Ex-presidente da Câmara, presidida por um notável social-democrata, efetuara o levantamento de todos os seniores que viviam isolados e de todos os sem abrigo. -----

----- Assinalou que as transferências correntes naquele Orçamento eram, na maior parte, transferências não referidas. Disse que eram sessenta e poucos milhões de euros em transferências correntes, na despesa, e mais onze ou doze milhões de euros de transferências correntes de capital e que se analisassem bem, uma parte, que nem a metade chegava, era para as juntas de freguesia e que o restante era para os subsídios. Salientou que tinha estado na Câmara naqueles últimos quatro anos e que por isso sabia o que estava a dizer. Referiu que tinha visto despejar o orçamento, todas as semanas, em subsídios às mais variadas entidades, umas, salientou, com justiça, mas outras, muitas outras sem qualquer razão. -----

----- Acusou aquele Executivo de continuar com desculpas relativamente ao IMT e ao IMI, de prometerem retirar sem no entanto dizerem quando; de fazerem promessas seguidas de ameaças; de aumentar as taxas para colmatar os roubos aplicados por aquele Governo. Sublinhou que eram só desculpas, que eram atitudes de quem não sabia governar, atitudes de quem não tinha capacidade de criar soluções imaginativas.-

----- Transmitiu que, apesar de tudo, o Partido Social Democrata não iria votar contra aquele Orçamento nem contra as Grandes Opções do Plano e que não o iriam fazer por serem decisões do Partido Socialista, por serem do Dr. António Costa, por serem do Vereador Fernando Medina e todos os outros vereadores do Partido Socialista e disse que iriam aguardar para ver



## DRAFT

----- Solicitou que não repetissem os mesmos clichés, os mesmos eixos, nomeadamente, uma Lisboa mais próxima, empreendedora, inclusiva e sustentável, pois estavam fartos deles. Asseverou que não se viam aqueles eixos aplicados na Cidade. -----

----- Disse que era importante terem ganhado as eleições, que o povo tinha votado no Partido Socialista por muitos motivos e não apenas por *algum* motivo, mas que não iria ser por isso que iriam entregar o destino de Lisboa nas mãos, incompetentes, do Partido Socialista. Declarou que tinham de ser assertivos e que tinham de ajudar o Partido Socialista a passar suavemente aquele mandato. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva (PS)** congratulou-se por falar após o colega e amigo Vítor Gonçalves. Explicou que ficava com a vida facilitada e que iria começar por dizer o contrário de tudo aquilo que o Senhor Deputado Municipal havia dito. Enalteceu o espantoso trabalho desenvolvido pelo Senhor Vereador e pelos Serviços de Finanças e realçou a elevada capacidade técnica e o espírito de dedicação que o Senhor Vereador empregava cada vez que era necessário fazer um orçamento da Câmara.-----

----- Lembrou que aquele Orçamento tinha sido concebido num curto espaço de tempo e intuiu que o Senhor Vereador tivesse feito algumas diretas e abdicado de alguns fins-de-semana, num contexto, salientou, que se tinha alterado desde o início da campanha eleitoral até à elaboração daquele Orçamento. -----

----- Acentuou que tinha sido uma tarefa muito complicada, que conseguir, com onze vereadores da maioria, encontrar uma plataforma mínima de entendimento que permitisse fechar um orçamento naquele tipo de condições de restrição altamente condicionantes era, acentuou, um feito, sobretudo de um Vereador acabado de chegar à Câmara.-----

----- Lembrou a anterior Vereadora das Finanças e destacou a competência e seriedade com que havia desenvolvido aquele Plano. -----

----- Verificou, com agrado, que a qualidade da gestão das finanças não só se mantinha na Direção Municipal de Finanças como também no responsável político que tinha assumido aquela pasta. -----

----- Referiu que existia um conjunto de aspetos, quer na área social quer na área económica, merecedores de destaque naquele Plano de Atividades e absolutamente essenciais naquela altura. -----

----- Aconselhou uma leitura atenta ao Plano de Atividades. Explicou que ao fazê-lo rapidamente se percebia que estavam a atacar os principais focos de problemas, bem como aqueles que eram passíveis de suscitar maior tipo de preocupações ao nível da coesão social. Disse que também estavam à procura de soluções alternativas de pouco investimento, quer ao nível de melhoria da qualidade de vida da população, quer ao nível de incentivar à criação de emprego, de emprego que respondesse, em curto prazo e com pouco investimento, a chaga que afligia a sociedade portuguesa naquela altura. Considerou que o Orçamento tinha, daquele ponto de vista, um sinal positivo. --

----- Considerou também positivo que tivessem transitado do mandato anterior alguns projetos estruturantes, e, destacou que alguns até iriam ser alargados,

## DRAFT

nomeadamente o programa e projeto “Pare o seu automóvel e siga de transportes” que iria beneficiar de um novo protagonismo ao nível da Junta Metropolitana de Lisboa tendo sido proposto o seu alargamento aos concelhos vizinhos.-----

----- Disse que se iria focar na área que lhe era mais cara e onde, observou, que lhe parecia existir alguma incoerência entre aquilo que aparecia descrito nas Grandes Opções do Plano e entre aquilo que era afetado em termos de Orçamento. Expôs que para além dos aspetos relacionados com as verbas, existiam outros aspetos que, no seu entender, eram merecedores de alguma atenção, sobretudo porque se encontravam numa fase crítica do ponto de vista do financiamento e que era necessário refletir como é que se iria repor o equilíbrio estrutural da Câmara Municipal de Lisboa considerando aquilo que era previsível que viesse a acontecer.-----

----- Enquadrou que não estava apenas relacionado com mais ou menos IMI ou IMT, mas sim com a própria transformação económica que se estava a operar ao nível da área metropolitana de Lisboa, com as consequências da crise que estavam muito longe de terem chegado ao seu término e, por outro lado, as próprias consequências demográficas. Salientou que muito provavelmente teriam, naquele Âmbito, não apenas um mandato mas sim dois. -----

----- Apontou que era naquelas situações, onde a transversalidade das atuações, o quebrar com das muralhas feudais existentes em muitos pelouros da Câmara Municipal, que se impunha fazer. Acrescentou que era algo que tinham, de forma sucessiva, procurado colocar em prática, por um lado com as UIT, por outro com a Reforma da Câmara mas que não era aquele o caminho. Especificou que era na prática quando faziam opções e quando afetavam dinheiros que aquelas coisas se jogavam.----

----- Chamou a atenção para duas ou três coisas que lhe pareciam facilmente corrigíveis e que, na sua opinião, deveriam de ser ponderadas, nomeadamente, que, na página dezasseis, se falava da Cidade do Comércio e se omitia um projeto-piloto, que aguardava apenas a declaração de fundos disponíveis para passar à fase de concretização, com pouco investimento da Câmara, sobre a logística para a Baixa Chiado, um projeto concertado com diversas entidades. Declarou que era importante que os projetos comesçassem a ter mais do que um pelouro, comesçassem a ter uma liderança de projeto que envolvesse as várias áreas de intervenção; que não referiam o Programa de cargas e descargas, um programa que o então Administrador Tiago Faria, dera, ainda em dois mil e onze, como concluído até ao final daquele ano e em pleno funcionamento em dois mil e doze, mas que continuava a aguardar, até àquela data, a sua execução. Afirmou que valia a pena perceber o porquê daquelas situações. -----

----- Partilhou que lhe era difícil de entender que se falasse de um programa, de uma praça ou de um bairro quando se encontrava em execução, naquele momento, todo o programa das zonas trinta, um programa que apenas não tinha criado uma praça, em sentido amplo, em cada bairro, porque na altura, quer o pelouro do urbanismo quer o pelouro dos espaços verdes não tinham verbas suficientes que lhes permitisse completar as intervenções que tinham sido feitas do ponto de vista da gestão de tráfego. Considerou que naquele momento era útil que se referisse a necessária

## DRAFT

articulação entre uma coisa e outra e revelou-se convicto de que não se pouparia apenas dinheiro como também se iriam fazer intervenções bastante mais interessantes.

----- Referiu que o mesmo se aplicava quando se falava em espaço público amigável. Disse que era importante associar o espaço público amigável a algumas intervenções emblemáticas que eram importantes realizar na Cidade enquanto Cidade Capital, sem, no entanto, descurar o trabalho desenvolvido nas zonas trinta e outras operações importantes do ponto de vista de melhoria da acessibilidade pedonal. -----

----- Chamou a atenção para a página número trinta e um, onde se falava da necessidade imperiosa de se executar o Plano de Acessibilidade Pedonal. Referiu que as verbas que apareciam consignadas não eram os oitocentos mil euros que estavam previstos no Orçamento Participativo para o percurso pedonal saudável, entre o Campo Grande e o Saldanha, mas sim cento e oitenta e cinco mil euros, algo que na sua opinião deveria de ser corrigido. -----

----- Abordou outras questões, nomeadamente a gestão do tráfego urbano e a necessidade de se potenciar o transporte coletivo. Considerou insuficiente a verba de trinta mil euros prevista para radares e dispositivos de controlo de velocidade. Notou a ausência de referência ao programa negociado com a REFER e com a Metropolitano de Lisboa para a instalação de boxes para bicicletas nas principais estações de interface daquelas duas companhias de transporte público, e disse que também não via, na modernização do centro de controlo e gestão de tráfego, correspondência no próprio Orçamento, salientando em seguida que aquela era uma área de gestão absolutamente crítica. -----

----- Finalizou dizendo que a mobilidade elétrica, mencionada na página trinta e quatro, estava inserida na Cidade acessível para todos quando, no seu ponto de vista, deveria de estar incluída na Cidade ecológica. Alongou que a qualidade do ar era uma batalha importante e que se encontrava bem referida no plano de atividades, não existindo, no entanto, no orçamento qualquer referência à aquisição dos dispositivos de leitura de matrícula que permitissem aos veículos transitarem de uma fase para a outra nas zonas de emissões reduzidas. -----

----- Sinalizou ainda, no âmbito da Cidade do Turismo, dois aspetos, em andamento nos serviços, absolutamente críticos para a imagem da Cidade, as praças de táxis do terminal do aeroporto e do terminal de cruzeiros, duas zonas. Expôs que deveriam de existir referências àquele tipo de questões quando se falava na Cidade do Turismo. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** começou por dizer que a sua intervenção era um resultado daquele debate. Disse que tinha a ver com as questões sociais do Município. -----

----- Revelou-se perplexo por alguns valorizarem tanto o diagnóstico e recordarem certas situações, nomeadamente, os casos diagnosticados dos sem-abrigo ou dos idosos solitários. Questionou qual seria a melhor resposta terapêutica, pois o diagnóstico poderia estar muito bem feito, mas sem a terapêutica adequada não havia muito a fazer. -----

----- Assinalou que aqueles que levantavam aquelas questões eram os que faziam o “mal e a caramunha”; que apontavam para soluções caritativas ou que apelavam ao

## DRAFT

Município e que, ao mesmo tempo, continuavam a dizer e a produzir mais pobres, mais pessoas isoladas, piores condições de vida e de trabalho, procurando em seguida tapar com soluções caritativas; que evocavam o bem público da Santa Casa da Misericórdia.-----

----- Lembrou que a Santa Casa da Misericórdia não era exclusiva para Lisboa, antes, era uma Santa Casa que em Lisboa representava, por despacho, o Ministério da Segurança Social e que por isso a Santa Casa em Lisboa era o Ministério da Segurança Social. -----

----- Pediu a quem tinha feito o diagnóstico dos sem-abrigo em Lisboa que se calasse, uma vez que, tendo a responsabilidade, nada tinham feito em sentido contrário, salientando que nenhuma proposta fora apresentada. -----

----- Acentuou que o Município tinha de ter uma melhor relação com as entidades que interferiam no Município, assumindo uma postura de exigência não se limitando a apagar fogos ateados por outros. Declarou que era necessário ter frontalidade e intervir. -----

----- Expôs que o PCP, em matéria de segurança social, estava cada vez mais contra aqueles que apenas viam soluções caritativas e de misericórdia, quando tinham o dever e o direito social de acompanharem aquelas situações, de se revelarem tristes com aquele diagnóstico e não contentes por ele, ficarem tristes por a terapêutica, do ponto de vista institucional, ser quase nula.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rute Lima (PS)** referiu que o documento que naquele dia se encontrava em aprovação e discussão, as Grandes Opções do Plano, o Orçamento e o mapa de pessoal para dois mil e catorze da Câmara Municipal de Lisboa, revelava que a Autarquia, naquelas que eram as suas linhas orientadoras e as suas linhas programáticas, iria assentar a sua gestão na continuidade de uma atitude de rigor aliada a uma grande responsabilidade social. -----

----- Aludiu, a contra gosto do Senhor Deputado Vítor Gonçalves, e por uma questão de coerência, os cinco grandes eixos de ação do Partido Socialista, da Câmara Municipal de Lisboa para a cidade de Lisboa.-----

----- Salientou que, muito embora muitos deputados sentissem dúvidas em relação a alguns eixos, o certo era que a maioria dos lisboetas não tinha qualquer dúvida.-----

----- Expôs que aqueles cinco grandes eixos iriam criar uma Lisboa mais próxima dos seus cidadãos e de todos aqueles que a procurassem, apostando, para isso, na qualidade dos serviços urbanos. Disse que a transferência de competências para as juntas de freguesia, munindo-as de recursos mecânicos, financeiros e humanos iria dar resposta aos inúmeros problemas sentidos até àquela altura, problemas que iriam ser colmatados pela proximidade da gestão local.-----

----- Referiu que a manutenção dos espaços públicos, a par de novas competências desconcentradas nas Unidades de Intervenção Territorial do Município, iria permitir às juntas de freguesia apresentar um vasto leque de resultados positivos, mais eficazes e eficientes nos seus territórios.-----

----- Salientou que as questões relacionadas com a limpeza e manutenção dos espaços, quer ao nível da conservação quer ao nível da criação de novas áreas de ação,

## DRAFT

de acordo com as necessidades e pretensões dos cidadãos, ao serem transferidas para as juntas de freguesia, e sendo aquelas o órgão de poder local mais próximo das pessoas, iria permitir que a governação local assumisse, a partir daquela data, o corpo da gestão e governação local. -----

----- Declarou que a gestão direta das escolas do primeiro ciclo e jardim-de-infância iria permitir que ações e logísticas encontradas ao nível da comunidade escolar prosseguissem, considerando sempre as reais circunstâncias de cada agregado de equipamento escolar. -----

----- Mencionou que aquela reforma ainda iria permitir às Juntas de Freguesia, tendo em conta a transferência de recursos também técnicos, dar uma resposta de excelência. -----

----- Disse, no âmbito da transição de competências e campos de ação, que iria haver lugar, estando previsto legalmente, à mobilidade e à transferência de funcionários da Câmara Municipal de Lisboa para as juntas de freguesia. Fez saber que aquele processo estava a ser conduzido na estrita salvaguarda de todos os direitos de todos os funcionários a transferir, e que não era razoável, nem admissível constatar a firme convicção das bancadas no fomento da instabilidade, num momento que por si só não era fácil mas que estava a ser amplamente debatido com objetivos bilaterais de consenso. Afirmou que os vínculos laborais se iriam manter, que os direitos adquiridos se iriam manter. -----

----- Disse ainda, em relação ao mapa de pessoal do Município, que todos os funcionários ainda faziam, àquela data, parte integrante daquele documento, e que o vínculo legal laboral se iria manter na Câmara Municipal de Lisboa até que se verificasse a efetiva transição do pessoal, pelo que o mapa de pessoal iria ser gradualmente esvaziado de acordo com as efetivas transferências. Alongou que aquele processo tinha sido alcançado com base num consenso com todas as freguesias bem como iria ser escrutinado pela Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Resumiu que aqueles cinco eixos de ação iriam tornar a Cidade mais empreendedora, melhorando a competitividade da Cidade e criando um programa de empregabilidade jovem promovido pela aposta na instalação de novas empresas, valorizando os recursos da Cidade e reduzindo a pobreza. -----

----- Continuou dizendo que aqueles cinco iriam tornar Lisboa numa cidade mais inclusiva na perspetiva de atração e fixação de novas famílias na Cidade e que apenas com uma gestão e planeamento, que fosse ao encontro de várias famílias, se alcançaria o objetivo de repovoar Lisboa, nomeadamente através da promoção da habitação com rendas acessíveis, criando condições ao nível das creches e escolas públicas e adotando uma política de valorização de transportes públicos. Frisou que eram políticas de ação decisivas para que Lisboa fosse uma cidade mais inclusiva. -----

----- Assinalou que seria uma Cidade mais sustentável, pois iria ter por base a organização de um programa de reabilitação urbana que iria incidir nos edificadoss, reforçar o sistema anti sísmico e aproveitar o potencial solar da Cidade. -----

----- Salientou que era necessário que a Cidade fosse acessível a todos, pelo que as políticas de ação, no garante da remoção de barreiras arquitetónicas, acautelando a

## DRAFT

criação de recursos confortáveis, iria permitir a criação de condições necessárias a um envelhecimento ativo e saudável afastando muitos do isolamento dos seus domicílios. -

----- Enfatizou que Lisboa seria uma cidade mais global, diversificada, com uma oferta cultural diversa e com um património histórico e valorizado. Realçou que a promoção da defesa dos direitos sociais, aliada à Cidade ambicionada pelos seus residentes, trabalhadores e visitantes iria colocar Lisboa nos patamares de excelência ao nível das redes globais da criatividade, da ciência e da inovação. -----

----- Evidenciou que aqueles eixos programáticos haviam sido construídos, com a responsabilidade paralela de assegurar o equilíbrio financeiro estrutural da Câmara de Lisboa, tendo em conta a degradação da receita estrutural ocorrida e constatada entre dois mil e dez e dois mil e treze, com a noção da extinção do IMT, a partir de dois mil e dezasseis, e da Derrama a partir de dois mil e dezoito, considerando ainda os novos contornos da limitação ao endividamento imposto pela nova Lei das Finanças Locais e da postura de gestão que se pretendia prudente face às possíveis contingências futuras.

----- Destacou que era cinco eixos programáticos planeados também com a consciência de que era, absolutamente, imprescindível repensar a forma de financiamento das autarquias com vista à redução do IMI e da Derrama, de forma a permitir que os custos do Município fossem assegurados nas mais diversas áreas como era o caso da Proteção Civil ou Saneamento; cinco eixos programáticos visando e promovendo a Cidade, visando as pessoas, visando e promovendo as empresas e solidificando o futuro de Lisboa, naquele que era, naquela altura, um cenário conjuntural económico recessivo e agressivo e que iria marcar a diferença numa gestão que se apresentava cautelosa e prudente mas também empreendedora e solidária. -----

----- Explicou que empreendedora pelos motivos referidos anteriormente e mais solidária pela manutenção da forte intensidade de apoios na área social, como era o caso do subsídio municipal do arrendamento, apoios escolares, mecanismos alargados de apoio social de emergência, estratégia Bip-Zip e programa de apoio às pessoas sem-abrigo. Alongou que naquela vertente social, muito específica, que era o auxílio às famílias, às crianças, aos idosos e aos mais desfavorecidos o Partido Socialista se congratulava pelo Município de Lisboa e que, num momento de tamanha recessão económica, tivesse adotado, em sete planos de ações, medidas alternativas aos efeitos nocivos e medidas impostas por aquela governação nacional. -----

----- Acrescentou que o Partido Socialista se congratulava pelo sacrifício acrescido do Município de Lisboa por se ter substituído, na área social, às entidades competentes e pelas medidas concretas que tinha apresentado visando a redução das carências dos lisboetas. -----

----- Enfatizou que o Partido Socialista sempre valorizara, valorizava e que iria sempre valorizar o consenso entre todos os partidos no que àquela Reforma da Cidade dizia respeito. Frisou que a Câmara não criava situações imaginárias, que o PS valorizava o consenso e deixava as situações imaginativas para outras bancadas que não a do PS. -----

## DRAFT

----- **O Senhor Presidente da Câmara** começou por saudar o Senhor Vice Presidente e os seus serviços pela forma como tinham construído aquela Proposta de Orçamento e Plano de Atividades num prazo tão curto. Rememorou que era a primeira vez que aquilo acontecia e explicou que pelo disposto na Lei anterior, aquela Proposta teria, em ano eleitoral, de ser apresentada até ao mês de abril, no entanto, a nova Lei impunha que, mesmo tendo existido eleições em outubro, aquele debate teria de ser feito até ao mês de dezembro.-----

----- Agradeceu a todos o esforço desenvolvido para a conclusão daquela Proposta.---

----- Saudou também, de forma mais alargada, todos os Senhores Deputados, em particular os que não tinham sido eleitos pela Lista do Partido Socialista, os quais tinha ouvido ao longo daquela tarde referir, por diversas vezes, que aquele Plano de atividades era uma transcrição do Programa eleitoral do PS e ter ouvido a Senhora Deputada Ana Drago dizer, e citou “*quem pode estar contra este programa e o conjunto destes eixos?*”. Congratulou-se por presenciar, ao fim de poucos meses, um consenso tão alargado, relativamente ao Programa eleitoral apresentado pelo Partido Socialista.-----

----- Registou, como era hábito, uma voz discordante, uma exceção, o Senhor Deputado Vítor Gonçalves, que habituara os demais, ao longo daqueles últimos quarenta anos, à sua voz, original na sua discordância. Revelou-se, porém, satisfeito com a discordância do Senhor Deputado Vítor Gonçalves. Considerou que era muito positivo consolidar a coerência e a consistência de terem conseguido, finalmente, alinhar os diferentes instrumentos, nomeadamente, a Carta Estratégica, o Plano Diretor Municipal, a Estratégia de Lisboa 2020, o Orçamento e o Plano de Atividades, todos alinhados em torno dos mesmos objetivos. Disse que uma organização se deveria orientar para que os seus eixos e objetivos fossem claros e transversais relativamente aos outros.-----

----- Declarou que aquele Orçamento se inscrevia na linha dos Orçamentos que estavam a ser prosseguidos desde dois mil e sete, que tinham permitido o resgate do Município do iminente colapso financeiro em que se encontrava, tendo sido possível consolidar o rigor orçamental com a responsabilidade social. Verificou que estavam, daquele modo, a equilibrar as contas públicas, diminuindo o endividamento, mas mantendo características absolutamente fundamentais, designadamente continuarem a reforçar e a manter elevados níveis de investimento, e recordou que no ano anterior o Instituto Nacional de Estatística tinha indicado o Município de Lisboa como a entidade pública com o maior volume de obra a decorrer em todo o país e com um elevado nível de apoios, quer aos agentes culturais quer na área social.-----

----- Refletiu que se orgulhava de pertencer àquele Executivo, que aquele Executivo se tinha caracterizado por ter reforçado substancialmente a intervenção municipal na área social. Salientou que não podiam, naquelas comparações, ignorar a realidade característica da cidade de Lisboa.-----

----- Expôs que o primeiro contributo que aquele Executivo tinha dado, tinha sido a colocação em funcionamento da rede social, uma rede, especificou, com uma direção tripartida entre o Município, a Santa Casa da Misericórdia e a Segurança Social e que

## DRAFT

beneficiava do facto de no Município de Lisboa, ao contrário daquilo que se verificava no resto do País, existir uma entidade pública, beneficiária de receitas cativas dos jogos de fortuna e azar, a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa. -----

----- Desenvolveu que a primeira tarefa do Município era ser capaz de alinhar os objetivos comuns, organizando trabalho comum entre a Santa Casa e o Município. Destacou que, provavelmente pelo facto de aquele Provedor da Santa ter sido Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, tinham tido naqueles últimos anos uma capacidade de articular objetivos, trabalhos e metas, como nunca antes tinham tido, fosse qual fosse a gestão da Autarquia, fosse qual fosse a gestão da Santa Casa. Considerou que a experiência autárquica ajudava a fortalecer, que desenvolvia as convicções descentralizadoras atuando sobre o território. -----

----- Partilhou que o trabalho desenvolvido em conjunto com a Santa Casa tinha permitido, e deu como exemplo, a aprovação da estratégia relativamente aos sem-abrigo, definindo o contributo que uma das entidades envolvidas deveria, articuladamente, fazer, um trabalho que, especificou, tinha começado no mandato anterior ainda sob a liderança da Senhora Vereadora Helena Roseta e que iria permitir que o Município se focasse naquilo que poderia ser o seu contributo diferenciador para um maior apoio social na cidade de Lisboa. -----

----- Perguntou qual seria o contributo diferenciador que o Município poderia ter, para que não existissem nem duplicações, nem sobreposições com outras entidades. Respondeu que em primeiro lugar estava, indiscutivelmente, a habitação. Disse que não se podia ignorar o contributo fundamental e pesadíssimo que o Município dava, anualmente, com vista à resolução de um dos maiores problemas sociais da Cidade, que era o problema da habitação. -----

----- Referiu que se os Senhores Deputados fossem fazer as contas entre aquilo que deveria de ser o resultado da renda técnica aplicada à habitação municipal, ou seja aquela renda que iria permitir a remuneração dos custos do investimento, com a renda social cobrada, ou melhor, com a renda que deveria ser cobrada pelo Município se a totalidade dos inquilinos pagasse aquilo que, supostamente, lhes competia pagar, o diferencial seria de setenta e cinco milhões de euros por ano. -----

----- Sublinhou que era um subsídio implícito, mas que deveria de ser explícito por ser, tantas vezes, ignorado, do apoio social prestado pelo município de Lisboa. Realçou que aquela verba não se encontrava inscrita no Orçamento nem no Plano de Atividades, mas que eram, acentuou, setenta e cinco milhões de euros que à cabeça o Município renunciava receber por parte dos inquilinos, de forma a ajustar a renda cobrada ao nível de rendimento e à remuneração que os inquilinos efetivamente dispunham. -----

----- Comunicou que a par da habitação social o Município tinha introduzido, com aquele Executivo, um novo instrumento que era o Subsídio Municipal de Arrendamento e que aquele subsídio consistia numa nova resposta às necessidades habitacionais, uma resposta introduzida pelo Município para fazer face à violência resultante do aumento da Lei das Rendias, perante a passividade do Estado, que tinha remetido para altura incerta a criação do subsídio de arrendamento previsto na Lei. ----



## DRAFT

----- Indicou que a segunda área onde o Município poderia ter um contributo diferenciador era a área dos equipamentos sociais, nomeadamente, as escolas. Salientou que o Município tinha desenvolvido um grande esforço, tinha aumentado a rede pública das creches, designadamente num concelho que a Segurança Social considerava que, pelo facto de se encontrar acima da média nacional, não deveria existir mais investimento a realizar na cidade de Lisboa. Salientou que tinham feito aquele investimento, que estavam a fazer aquele investimento e que era um investimento fundamental para atrair e fixar novas famílias, novos casais na cidade de Lisboa.-----

----- Recordou o Programa Escola Nova. Disse que era um programa efetivo de valorização da rede da escola pública que era absolutamente fundamental para a qualificação do ensino na Cidade e para a qualidade do ensino na cidade de Lisboa; a criação do Fundo de Emergência Social; o alargamento do apoio social escolar, estendido também aos meninos do segundo escalão; a introdução do pequeno-almoço nas escolas; todo o programa criado e lançado para os idosos isolados, nomeadamente, o programa onde se realizavam, através do Regimento dos Sapadores Bombeiros, visitas regulares a todos os idosos isolados recenseados. Mencionou aquilo que fora introduzido, em parceria e articulação com a Santa Casa da Misericórdia, em matéria de teleassistência e, o programa do regulamento, cuja consulta pública se encontrava a terminar, para a reintrodução na Cidade do passe social para os idosos, que havia sido retirado por decisão do Estado e que deveria de ser reintroduzido como fator importante de inclusão e de combate ao isolamento dos idosos.-----

----- Referiu-se também aos programas territorializados, nomeadamente o Programa Bip-Zip em geral e, em particular ao Programa de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria que promovera, num bairro extremamente crítico, um movimento importante no conjunto de associações, de coletividades e de agentes locais no combate a alguns dos problemas de maior gravidade social existentes na cidade de Lisboa. Considerou, por isso, que dizer que o curriculum daquele Executivo era de desleixo, ignorância e de desvalorização da dimensão social da Cidade era, pura e simplesmente, não conhecer o que tinha sido feito em matéria de trabalho social por aquele Executivo.-----

----- Salientou que para sustentar aquele nível de investimento, aquele nível de apoios à criação cultural e à ação social era necessário ter e manter as finanças equilibradas. Acrescentou que tinha sido muito difícil equilibrar as finanças do município de Lisboa e, acentuou que apesar de ter sido difícil era um objetivo que fora perseguido e alcançado.-----

----- Afirmou que a despesa, ao contrário do que havia sido dito até àquele momento, tinha diminuído significativamente, ao nível da despesa corrente relativamente à despesa de capital, entre o orçamento executado no ano anterior para o daquele ano. Assinalou que tinham procurado diminuir, dentro da despesa corrente, aquilo que era tradicionalmente identificado como as grandes gorduras do funcionamento da administração, com a rubrica relativa à aquisição de bens e serviços.-----

## DRAFT

----- Confirmou que efetivamente se verificava um aumento na despesa com o pessoal e explicou que aquele aumento não era um facto imputável ao Município mas sim um facto ao qual o Município estava sujeito. Observou que mantinham a trajetória que tinham prosseguido até àquela data, a de redução do pessoal ao serviço do Município de Lisboa. Disse que em termos líquidos teriam, até ao final de dois mil e catorze, cerca de menos de duzentas pessoas ao serviço do Município, não obstante o facto de terem absorvido todos aqueles que tinham sido funcionários da EPUL que não tinham encontrado outra solução profissional e que tinham optado por integrar os quadros do município de Lisboa. -----

----- Expôs que, no entanto, por força da Lei iriam aumentar algumas contribuições bem como os encargos sociais da Autarquia. Deu como exemplo a contribuição para a Caixa Geral de Aposentações que passava de vinte, para vinte e três vírgula setenta e cinco por cento o que implicava, naturalmente, um aumento das despesas com o pessoal, mas não significava um aumento do pessoal ao serviço do município de Lisboa. -----

----- Alertou, no âmbito das receitas, que as receitas não iriam diminuir apenas no futuro, por via da extinção do IMT ou por via da extinção da Derrama, nem tinham diminuído conjuntamente, fruto da crise económica. Sublinhou que o paradigma da estrutura municipal da receita tinha mudado radicalmente e que se comparassem a receita que tinha sido cobrada em dois mil e treze com a que tinha sido cobrada em dois mil e dez, facilmente constatavam que só a receita fiscal tinha diminuído cento e vinte milhões de euros. Acentuou que não estava dizer que a receita tinha diminuído entre dois mil e dez e dois mil e treze. Explicou que não estava a falar do acumulado, explicou que a receita fiscal cobrada naquele ano era cento e vinte milhões de euros inferior à receita cobrada há três anos atrás e, salientou que se regressassem a dois mil e sete poderiam facilmente verificar que a diferença era de duzentos milhões de euros.

----- Dirigiu-se a o Senhor Deputado Vítor Gonçalves. Disse que não se encontravam naquela Assembleia para se desculparem. Explanou que tinham ganho, com conforto, as últimas eleições e que apenas estavam a sublinhar aqueles factos por considerarem que era fundamental, perante um problema estrutural, encontrar uma resposta estrutural. Destacou que não era apenas fruto da crise mas também de uma mudança radical do mercado imobiliário. -----

----- Realçou que aquela crise no crédito tinha mudado, para melhor, na sua opinião, o paradigma do imobiliário, pois ao invés de um paradigma assente na construção nova e na compra de casa própria teriam um paradigma assente na reabilitação urbana e no arrendamento. Observou que do ponto de vista do urbanismo era bom mas que existiam consequências do ponto de vista fiscal. Explicou que se existisse arrendamento e não existisse compra de casa própria a receita do IMT, se continuasse a existir, iria sofrer uma perda significativa e lembrou que as taxas de licenciamento urbanístico estavam isentas, e bem, para a reabilitação, e que eram uma componente importante da receita quando havia construção nova. Resumiu que todo aquele quadro se tinha alterado radicalmente, que se tinha alterado para bem do ponto de vista urbanístico mas com consequências do ponto de vista financeiro. -----

## DRAFT

----- Referiu que, por isso, era muito importante saber como é que iriam substituir aquela receita por um outro tipo de receita. Enunciou que a alteração deveria de ser feita a dois níveis e, expôs que um nível estava relacionado com o Estado, pois não era possível aumentar aquelas receitas sem aumentar a participação do Município noutra tipo de receitas do Estado. Declarou que tinham a obrigação de cumprirem com aquilo que se tinham comprometido a fazer naquela última campanha eleitoral, nomeadamente, assegurar estabilidade, conseguirem que Lisboa fosse o Município da Área Metropolitana de Lisboa com menor taxa de IRS e com menor taxa de IMI. Lembrou que tinha sido aquilo que tinham votado por unanimidade no ano anterior, que tinham votado por unanimidade naquele ano e desejou que assim continuasse a ser até ao final daquele mandato, porque aquele compromisso era um compromisso que deveria de ser honrado. -----

----- Assinalou que não deviam de aumentar nem IMI nem IRS, que deviam era fazer outra coisa e lembrou que Portugal estava em quarto lugar, a nível Europeu, da mais baixa participação municipal na receita pública. Salientou que os municípios deveriam de aumentar a sua quota de participação no conjunto de receita pública. Comunicou que existia um imposto, o IVA, onde deviam de começar a ter participação. Salvaguardou que não significava aumentar, mas sim que o IVA, que naquela altura era uma receita integral do Estado, deveria de ser uma receita do Estado partilhada com os municípios. Deu um exemplo. Explanou que dois por cento da coleta do IVA iria cobrir a totalidade da Derrama cobrada pelos municípios em todo o País. Considerou que aquela era uma forma de colocar os municípios a beneficiarem de uma receita relacionada com o desenvolvimento económico e de os centrar na preocupação, de os centrar no investimento económico. Referiu que aquela era uma alteração do Estado mas que existiam outras que poderiam ser feitas pelo Município, designadamente em matéria de taxas.-----

----- Questionou quais as taxas a serem criadas e quais as taxas que deveriam de ser revistas. Perguntou se os Senhores Deputados tinham conhecimento de qual o valor da taxa a cobrar por uma obra na via pública. Seguidamente deu como exemplo uma obra que se encontrava naquela altura em curso. Partilhou que a REN tinha acabado de abrir, para a instalação de cabos, uma vala enorme ao longo da Avenida dos Combatentes e uma outra ao longo da Avenida das Forças Armadas, uma obra que designou de altamente perturbadora do trânsito e da qualidade de vida urbana, e que a REN apenas iria pagar, por obra, duzentos euros. -----

----- Indagou se consideravam aquele valor justo, se achavam razoável que grandes empresas como a PT, a EDP e, entre outras, a REN esburacassem a Cidade a seu belo prazer e pagassem apenas duzentos euros por cada obra. Revelou que não achava nada razoável que que tinham naquele ponto uma boa oportunidade para reverem a tabela de taxas, e colocar a pagar mais, quem efetivamente podia pagar mais, salientando que seria o funcionamento do conjunto da Cidade quem mais iria beneficiar com aquela alteração. -----

----- Ressaltou que a questão naquele ponto não era apenas financeira, tal como o Senhor Vice Presidente já havia referido. Disse que deveriam intervir sobre a tabela

## DRAFT

de taxas não apenas para aumentar a receita mas também para que a tabela de taxas criasse os incentivos adequados para que o comportamento dos agentes económicos fosse também adequado. -----

----- Comunicou que por falta de tempo não iria, por maioria de razão, antecipar naquele dia o debate que, necessariamente, se iria realizar naquela Assembleia relativamente aos critérios da transferência de meios para as juntas de freguesia. -----

----- Destacou que era, tal como o Senhor Deputado Vítor Gonçalves referira, a Reforma mais importante, em matéria de reorganização administrativa, desde a criação do poder local democrático em mil novecentos e setenta e seis. -----

----- Referiu que o reforço de competências das juntas de freguesia da cidade de Lisboa era uma revolução na Cidade, uma revolução que não se tinha esgotado nem na Lei, nem na eleição dos novos e novas Presidentes de Junta, nem tão pouco no processo de fusão territorial. -----

----- Observou que o verdadeiro desafio, e também o mais pesado, iria começar a partir daquela altura, iria começar quando a Câmara, em dois mil e catorze, recebesse menos sessenta e oito milhões de euros do Orçamento de Estado que iriam ser alocados diretamente às juntas de freguesia, e pela disponibilização, por parte da Câmara, dos restantes meios que as juntas iriam precisar para o exercício das suas competências. -----

----- Sobressaiu que para além dos sessenta e oito milhões de euros as juntas também tinham de receber as instalações, os equipamentos e os recursos humanos necessários à execução das novas tarefas. -----

----- Declarou que iria ser um trabalho muito difícil, que iria exigir muita negociação com as juntas e com os sindicatos, mas que tinha de ser feito. -----

----- Partilhou que os meios adequados eram um critério que iriam, no decorrer das negociações, densificar com bom senso. Exemplificou que se transferissem um pavilhão ou uma piscina, o pessoal afeto àquele pavilhão ou àquela piscina seria o pessoal adequado e necessário ao prosseguimento daquela tarefa; que, entre outros, se passassem a lavagem ou a varredura das ruas para uma freguesia, o pessoal afeto no posto de limpeza seria o pessoal adequado ao desenvolvimento daquela tarefa. -----

----- Salvaguardou que não podiam transferir apenas o pessoal operacional, era necessário corresponder ao pessoal operacional o pessoal necessário ao enquadramento das atividades de suporte, nomeadamente na área financeira, na área jurídica, na área das obras, no conjunto das áreas necessárias à gestão daquele universo e, sublinhou, que era assim que iriam fazer, analisando caso a caso. -----

----- Acentuou que a implementação daquela Reforma iria ser mais difícil que aquilo que tinham sido os trinta anos necessários à sua elaboração e consensualização e, destacou que dispunham de três meses para implementar aquilo que tinham levado trinta anos a fazer para a consensualização daquela Reforma. -----

----- Revelou-se convicto de que iriam, todos juntos, alcançar aquele objetivo. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)**, num pedido de esclarecimento e com tempo cedido pelo CDS, agradeceu as palavras do Senhor Presidente e os elogios tecidos à sua colaboração enquanto Deputado Municipal ao

## DRAFT

longo daqueles, quase, quarenta anos. Revelou que tinha contribuído com muito gosto para que, quer na Câmara quer na Assembleia, se fizesse algo melhor. -----

----- Lembrou que, em algumas circunstâncias, o seu apoio ao Senhor Presidente se tinha revelado fundamental. -----

----- Assinalou que o Senhor Presidente tinha interpretado mal as suas palavras e esclareceu que nunca tinha sido sua intenção diminuir o benefício dado aos munícipes em termos de IRS, mas sim aumentar a percentagem da Câmara, que ao invés de receber cinco por cento passasse a receber sete ou oito por cento. Expôs que a solução apresentada pelo Senhor Presidente, relativamente ao IVA, era uma solução que aquele Grupo Municipal também adotaria. Considerou que a solução apresentada pelo Senhor Presidente era um indicador da sua criatividade e congratulou-se por verificar que a imaginação não existia apenas na oposição. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (PSD)** referiu que após a intervenção do Senhor Presidente normalmente não existiam mais intervenções relativamente à Câmara Municipal, no entanto, observou que o PSD não tinha obtido resposta aos três pedidos de esclarecimentos que tinham feito ao Senhor Vereador das Finanças. -----

----- Disse que iriam entregar à mesa as três questões que pretendiam ver esclarecidas, solicitando que a mesa as fizesse chegar ao Senhor Vereador. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** agradeceu as palavras do Senhor Deputado Vítor Gonçalves. -----

----- Seguidamente, a **Senhora Presidente,** constatando não existirem mais intervenções passou à votação da **Proposta nº 870/2013**. -----

----- Informou que o Partido Comunista Português tinha apresentado à mesa um requerimento, que se anexa à presente ata como anexo nº 3 e dela faz parte integrante, solicitando que o ponto dois daquela Proposta fosse votado autonomamente. Recordou que a Proposta tinha quatro pontos, designadamente que o primeiro dizia respeito às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento, que o ponto dois tinha a ver com a aprovação de compromissos plurianuais em determinadas condições, que o ponto três era o mapa de pessoal e o quarto era a tabela de taxas. -----

----- Disse que se não existissem objeções iriam colocar à votação os pontos um, três e quatro em simultâneo. -----

----- **VOTACÃO** – os **pontos 1, 3 e 4** da **Proposta nº 870/2013** foram **aprovados por maioria** com os **votos a favor** do PS, do PNP, do PAN e 4 (quatro) Independentes; com a **abstenção** do PSD, do MPT e do CDS-PP e os **votos contra** do PCP, do PEV e do BE. O **Ponto 2** da **Proposta nº 870/2013** foi **aprovado por maioria** com os **votos a favor** do PS, do PNP, do PAN e de 4 (quatro) Independentes e as **abstenções** do PSD, do PEGV, do PCP, do BE, do MPT e do CDS. -----

----- **O Senhor Deputado Magalhães Pereira (PSD)** apresentou, diretamente à mesa, uma declaração de voto, que se anexa à presente ata como anexo nº 4 e dela faz parte integrante. -----

DRAFT

----- **A Senhora Presidente** recordou que se iria realizar outra sessão no dia seguinte. -----

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, deu por encerrada a Reunião. -----

----- Eram dezanove horas e dez minutos. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente ata que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário em exercício,

-----A PRESIDENTE -----

DRAFT

**Índice de anexos**

Anexo 1 – Proposta 870/2013

Anexo 2 – Parecer emitido pela Comissão de Finanças à Proposta 870/2013

Anexo 3 – Requerimento do PCP

Anexo 4 – Declaração de Voto do Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira